

Índice

Dados da Empresa

Composição do Capital	1
-----------------------	---

DFs Individuais

Balanço Patrimonial Ativo	2
---------------------------	---

Balanço Patrimonial Passivo	3
-----------------------------	---

Demonstração do Resultado	4
---------------------------	---

Demonstração do Resultado Abrangente	5
--------------------------------------	---

Demonstração do Fluxo de Caixa (Método Indireto)	6
--	---

Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido

DMPL - 01/01/2021 à 30/09/2021	7
--------------------------------	---

DMPL - 01/01/2020 à 30/09/2020	8
--------------------------------	---

Demonstração de Valor Adicionado	9
----------------------------------	---

Comentário do Desempenho	10
--------------------------	----

Notas Explicativas	33
--------------------	----

Pareceres e Declarações

Relatório da Revisão Especial - Negativa de Opinião	59
---	----

Declaração dos Diretores sobre as Demonstrações Financeiras	61
---	----

Declaração dos Diretores sobre o Relatório do Auditor Independente	62
--	----

Dados da Empresa / Composição do Capital

Número de Ações (Unidade)	Trimestre Atual 30/09/2021
Do Capital Integralizado	
Ordinárias	30.357.847.596
Preferenciais	0
Total	30.357.847.596
Em Tesouraria	
Ordinárias	0
Preferenciais	0
Total	0

DFs Individuais / Balanço Patrimonial Ativo**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Trimestre Atual 30/09/2021	Exercício Anterior 31/12/2020
1	Ativo Total	1.972.784	1.820.869
1.01	Ativo Circulante	96.890	75.316
1.01.01	Caixa e Equivalentes de Caixa	67.595	50.636
1.01.03	Contas a Receber	22.911	21.126
1.01.03.02	Outras Contas a Receber	22.911	21.126
1.01.06	Tributos a Recuperar	687	346
1.01.06.01	Tributos Correntes a Recuperar	687	346
1.01.07	Despesas Antecipadas	1.473	988
1.01.08	Outros Ativos Circulantes	4.224	2.220
1.01.08.03	Outros	4.224	2.220
1.02	Ativo Não Circulante	1.875.894	1.745.553
1.02.01	Ativo Realizável a Longo Prazo	534.577	425.529
1.02.01.01	Aplicações Financeiras Avaliadas a Valor Justo através do Resultado	61.592	61.725
1.02.01.01.01	Títulos Designados a Valor Justo	61.592	61.725
1.02.01.07	Tributos Diferidos	430.449	323.296
1.02.01.07.01	Imposto de Renda e Contribuição Social Diferidos	430.449	323.296
1.02.01.10	Outros Ativos Não Circulantes	42.536	40.508
1.02.01.10.04	Depósitos Judiciais	39.509	38.709
1.02.01.10.05	Outros Ativos Não Circulantes	3.027	1.799
1.02.03	Imobilizado	6.863	7.478
1.02.03.01	Imobilizado em Operação	6.863	7.478
1.02.04	Intangível	1.334.454	1.312.546
1.02.04.01	Intangíveis	1.334.454	1.312.546
1.02.04.01.01	Contrato de Concessão	1.334.454	1.312.546

DFs Individuais / Balanço Patrimonial Passivo**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Trimestre Atual 30/09/2021	Exercício Anterior 31/12/2020
2	Passivo Total	1.972.784	1.820.869
2.01	Passivo Circulante	2.056.468	1.811.653
2.01.01	Obrigações Sociais e Trabalhistas	4.779	3.349
2.01.01.01	Obrigações Sociais	723	648
2.01.01.02	Obrigações Trabalhistas	4.056	2.701
2.01.02	Fornecedores	44.634	16.401
2.01.02.01	Fornecedores Nacionais	44.634	16.401
2.01.03	Obrigações Fiscais	3.194	2.852
2.01.03.01	Obrigações Fiscais Federais	1.484	1.457
2.01.03.01.02	Obrigações Fiscais Federais	1.484	1.457
2.01.03.03	Obrigações Fiscais Municipais	1.710	1.395
2.01.04	Empréstimos e Financiamentos	1.852.650	1.624.541
2.01.04.02	Debêntures	1.852.650	1.624.541
2.01.05	Outras Obrigações	3.005	2.001
2.01.05.02	Outros	3.005	2.001
2.01.05.02.04	Credor pela Concessão	372	342
2.01.05.02.05	Outros Passivos	2.633	1.659
2.01.06	Provisões	148.206	162.509
2.01.06.02	Outras Provisões	148.206	162.509
2.01.06.02.05	Provisões para Manutenção em Rodovias	148.206	162.509
2.02	Passivo Não Circulante	464.973	349.738
2.02.02	Outras Obrigações	152.025	142.394
2.02.02.01	Passivos com Partes Relacionadas	151.092	141.292
2.02.02.01.03	Débitos com Controladores	151.092	141.292
2.02.02.02	Outros	933	1.102
2.02.02.02.03	Outros Passivos	933	1.102
2.02.04	Provisões	312.948	207.344
2.02.04.02	Outras Provisões	312.948	207.344
2.02.04.02.04	Provisão para Demandas Judiciais	258.489	169.542
2.02.04.02.05	Provisões para Investimentos em Rodovias	8.148	7.622
2.02.04.02.06	Provisões para Manutenção em Rodovias	46.311	30.180
2.03	Patrimônio Líquido	-548.657	-340.522
2.03.01	Capital Social Realizado	303.578	303.578
2.03.05	Lucros/Prejuízos Acumulados	-852.235	-644.100

DFs Individuais / Demonstração do Resultado**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Trimestre Atual 01/07/2021 à 30/09/2021	Acumulado do Atual Exercício 01/01/2021 à 30/09/2021	Igual Trimestre do Exercício Anterior 01/07/2020 à 30/09/2020	Acumulado do Exercício Anterior 01/01/2020 à 30/09/2020
3.01	Receita de Venda de Bens e/ou Serviços	96.833	241.486	76.111	200.597
3.02	Custo dos Bens e/ou Serviços Vendidos	-77.706	-227.080	-52.416	-138.178
3.03	Resultado Bruto	19.127	14.406	23.695	62.419
3.04	Despesas/Receitas Operacionais	-20.344	-91.505	-3.327	-27.362
3.04.02	Despesas Gerais e Administrativas	-3.301	-9.748	-3.330	-10.838
3.04.02.01	Despesas Gerais e Administrativas	-2.868	-8.270	-2.791	-9.424
3.04.02.02	Honorários da Administração	-433	-1.478	-539	-1.414
3.04.04	Outras Receitas Operacionais	0	0	3	0
3.04.05	Outras Despesas Operacionais	-17.043	-81.757	0	-16.524
3.05	Resultado Antes do Resultado Financeiro e dos Tributos	-1.217	-77.099	20.368	35.057
3.06	Resultado Financeiro	-96.468	-238.188	-52.383	-132.840
3.06.01	Receitas Financeiras	3.799	11.967	1.073	1.816
3.06.02	Despesas Financeiras	-100.267	-250.155	-53.456	-134.656
3.07	Resultado Antes dos Tributos sobre o Lucro	-97.685	-315.287	-32.015	-97.783
3.08	Imposto de Renda e Contribuição Social sobre o Lucro	33.194	107.152	10.794	33.046
3.08.02	Diferido	33.194	107.152	10.794	33.046
3.09	Resultado Líquido das Operações Continuadas	-64.491	-208.135	-21.221	-64.737
3.11	Lucro/Prejuízo do Período	-64.491	-208.135	-21.221	-64.737
3.99	Lucro por Ação - (Reais / Ação)				
3.99.01	Lucro Básico por Ação				
3.99.01.01	ON	-0,00212	-0,00686	-0,00007	-0,00213

DFs Individuais / Demonstração do Resultado Abrangente**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Trimestre Atual 01/07/2021 à 30/09/2021	Acumulado do Atual Exercício 01/01/2021 à 30/09/2021	Igual Trimestre do Exercício Anterior 01/07/2020 à 30/09/2020	Acumulado do Exercício Anterior 01/01/2020 à 30/09/2020
4.01	Lucro Líquido do Período	-64.491	-208.135	-21.221	-64.737
4.03	Resultado Abrangente do Período	-64.491	-208.135	-21.221	-64.737

DFs Individuais / Demonstração do Fluxo de Caixa (Método Indireto)**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Acumulado do Atual Exercício 01/01/2021 à 30/09/2021	Acumulado do Exercício Anterior 01/01/2020 à 30/09/2020
6.01	Caixa Líquido Atividades Operacionais	66.084	80.033
6.01.01	Caixa Gerado nas Operações	101.804	83.341
6.01.01.01	Prejuízo do Exercício	-208.135	-64.737
6.01.01.02	Imposto de Renda e Contribuição Social Diferido	-107.152	-33.046
6.01.01.03	Depreciação e amortização	37.693	34.644
6.01.01.04	Ajuste a valor presente sobre provisão para manutenção em rodovias	-6.575	1.074
6.01.01.05	Variação monetária sobre provisão para investimentos	524	98
6.01.01.07	Juros e variações monetárias sobre financiamentos e debêntures	219.946	115.345
6.01.01.08	Rendimentos de aplicações financeiras	-1.562	-319
6.01.01.11	Juros sobre mútuos com partes relacionadas	9.801	8.589
6.01.01.12	Provisões para demandas judiciais	88.946	15.856
6.01.01.13	Provisões para manutenção em rodovias	68.220	5.701
6.01.01.14	Provisão para crédito de liquidação duvidosa	98	136
6.01.02	Variações nos Ativos e Passivos	-35.720	-3.308
6.01.02.01	Contas a Receber	-1.885	801
6.01.02.02	Despesas Antecipadas	-485	-526
6.01.02.03	Outros Ativos	-3.231	-245
6.01.02.04	Fornecedores e Prestadores de Serviços	28.233	4.732
6.01.02.05	Credor pela Concessão - Ônus Variável	30	-2
6.01.02.06	Obrigações Tributárias	343	-11
6.01.02.07	Obrigações Trabalhistas	1.430	1.023
6.01.02.08	Provisão para manutenção - pagamento	-59.818	-12.019
6.01.02.09	Provisão para demandas judiciais - pagamentos	-800	52
6.01.02.10	Outros Passivos	804	2.054
6.01.02.11	Tributos a Recuperar	-341	833
6.02	Caixa Líquido Atividades de Investimento	-49.125	-38.283
6.02.01	Investimentos no ativo imobilizado	-158	-35
6.02.02	Investimentos no ativo intangível	-50.662	-40.098
6.02.05	Resgate de aplicações financeiras	1.695	1.850
6.05	Aumento (Redução) de Caixa e Equivalentes	16.959	41.750
6.05.01	Saldo Inicial de Caixa e Equivalentes	50.636	4.846
6.05.02	Saldo Final de Caixa e Equivalentes	67.595	46.596

DFs Individuais / Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido / DMPL - 01/01/2021 à 30/09/2021**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Capital Social Integralizado	Reservas de Capital, Opções Outorgadas e Ações em Tesouraria	Reservas de Lucro	Lucros ou Prejuízos Acumulados	Outros Resultados Abrangentes	Patrimônio Líquido
5.01	Saldos Iniciais	303.578	0	0	-644.100	0	-340.522
5.03	Saldos Iniciais Ajustados	303.578	0	0	-644.100	0	-340.522
5.05	Resultado Abrangente Total	0	0	0	-208.135	0	-208.135
5.05.01	Lucro Líquido do Período	0	0	0	-208.135	0	-208.135
5.07	Saldos Finais	303.578	0	0	-852.235	0	-548.657

DFs Individuais / Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido / DMPL - 01/01/2020 à 30/09/2020**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Capital Social Integralizado	Reservas de Capital, Opções Outorgadas e Ações em Tesouraria	Reservas de Lucro	Lucros ou Prejuízos Acumulados	Outros Resultados Abrangentes	Patrimônio Líquido
5.01	Saldos Iniciais	303.578	0	0	-485.848	0	-182.270
5.03	Saldos Iniciais Ajustados	303.578	0	0	-485.848	0	-182.270
5.05	Resultado Abrangente Total	0	0	0	-64.737	0	-64.737
5.05.02	Outros Resultados Abrangentes	0	0	0	-64.737	0	-64.737
5.07	Saldos Finais	303.578	0	0	-550.585	0	-247.007

DFs Individuais / Demonstração de Valor Adicionado**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Acumulado do Atual Exercício 01/01/2021 à 30/09/2021	Acumulado do Exercício Anterior 01/01/2020 à 30/09/2020
7.01	Receitas	263.245	215.536
7.01.01	Vendas de Mercadorias, Produtos e Serviços	191.616	165.350
7.01.02	Outras Receitas	71.629	50.186
7.01.02.01	Receita de Serviços de Construção	56.807	41.576
7.01.02.02	Receitas Acessórias	10.691	8.737
7.01.02.03	Outras Receitas	4.229	9
7.01.02.04	Reversão para crédito de liquidação duvidosa	-98	-136
7.02	Insumos Adquiridos de Terceiros	-285.026	-121.405
7.02.02	Materiais, Energia, Servs. de Terceiros e Outros	-224.605	-76.349
7.02.04	Outros	-60.421	-45.056
7.02.04.01	Custo dos Serviços de Construção	-55.605	-41.174
7.02.04.02	Custo da Concessão - Ônus Variável	-3.078	-2.646
7.02.04.03	Variação monetária e reversão do ajuste a valor presente	-1.738	-1.236
7.03	Valor Adicionado Bruto	-21.781	94.131
7.04	Retenções	-37.693	-34.644
7.04.01	Depreciação, Amortização e Exaustão	-37.693	-34.644
7.05	Valor Adicionado Líquido Produzido	-59.474	59.487
7.06	Vlr Adicionado Recebido em Transferência	11.967	1.816
7.06.02	Receitas Financeiras	11.967	1.816
7.07	Valor Adicionado Total a Distribuir	-47.507	61.303
7.08	Distribuição do Valor Adicionado	-47.507	61.303
7.08.01	Pessoal	19.198	18.934
7.08.01.01	Remuneração Direta	14.179	14.200
7.08.01.02	Benefícios	4.196	3.778
7.08.01.03	F.G.T.S.	823	956
7.08.02	Impostos, Taxas e Contribuições	-89.511	-17.970
7.08.02.01	Federais	-99.471	-26.610
7.08.02.03	Municipais	9.960	8.640
7.08.03	Remuneração de Capitais de Terceiros	230.941	125.076
7.08.03.02	Aluguéis	1.194	1.142
7.08.03.03	Outras	229.747	123.934
7.08.03.03.01	Juros sobre mútuos com partes relacionadas	9.801	8.589
7.08.03.03.03	Juros e variações monetárias sobre financiamentos e debêntures	219.946	115.345
7.08.04	Remuneração de Capitais Próprios	-208.135	-64.737
7.08.04.03	Lucros Retidos / Prejuízo do Período	-208.135	-64.737



3T21

Divulgação de Resultados

www.rodoviasdotiete.com.br



Relatório da Administração - 30 de Setembro 2021

12 de Novembro de 2021 - A Concessionária Rodovias do Tietê S.A.– em recuperação judicial— “Rodovias do Tietê”, que administra 415 km de rodovias e acessos no Estado de São Paulo, divulga seus resultados do primeiro semestre de 2021.

Apresentação dos Resultados

As informações contábeis intermediárias da Companhia para os períodos findos em 30 de setembro de 2021 e 2020 foram elaboradas de acordo com o Pronunciamento Técnico CPC 21—Demonstração Intermediária, emitido pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis, e de acordo com a norma internacional IAS 34—International Financial Reporting.

Tópicos	Índice
Sobre a Concessão	Página 3
Destaques	Página 4
Sumário Executivo	Página 5
Tráfego de veículos e Eixos equivalentes	Página 6
Tráfego por praça	Página 7
Tarifas de pedágio	Página 8
Receitas	Página 9
Custos e Despesas operacionais	Página 10
EBITDA e Margem Ebtida	Página 11
Resultado Financeiro	Página 12
Debêntures	Página 13
Obras e Investimentos	Página 16
Responsabilidade Socioambiental	Página 17
Demonstrações Financeiras	Página 18
Relacionamento com o Auditor	Página 22

Nuno Filipe Nogueira Alves Coelho

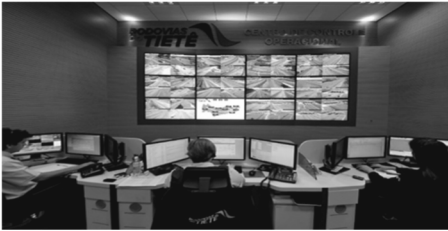
*Diretor Administrativo, Financeiro e de
Relações com Investidores / CFO*

Tel.: (11) 4602-7900

Fax: (11) 4602-8069

E-mail: ri@rodoviasdotiete.com.br

www.rodoviasdotiete.com.br/ri

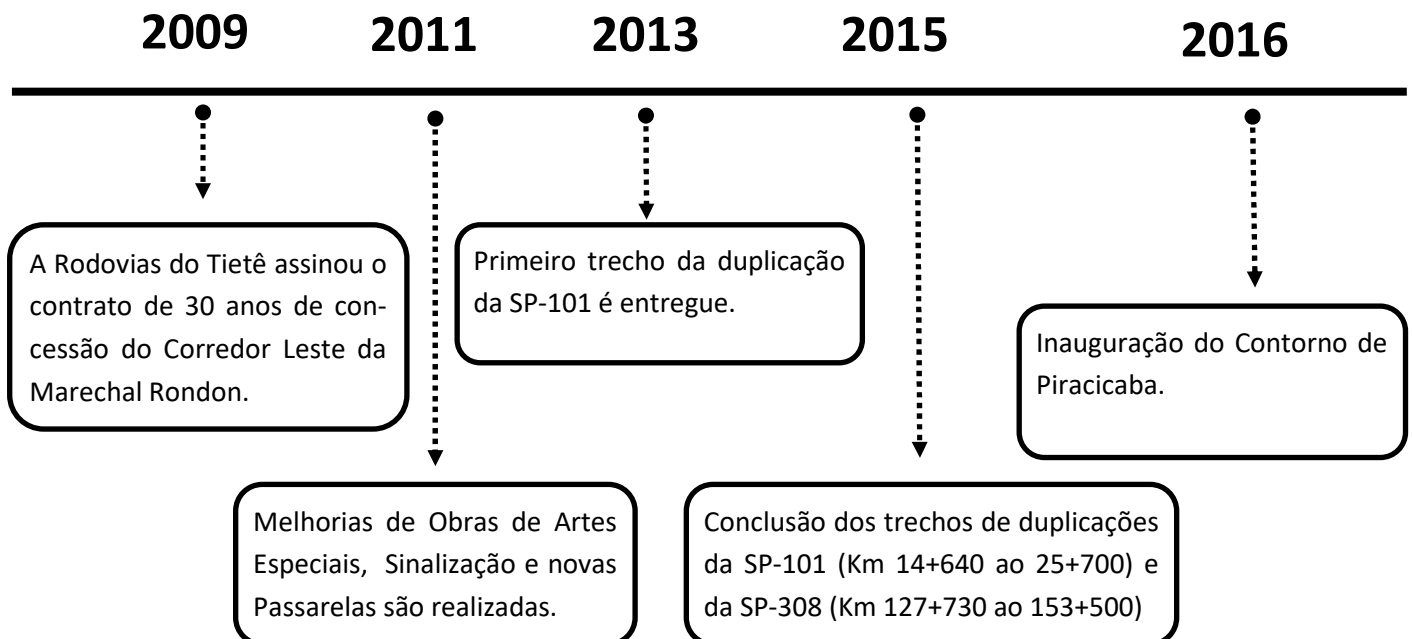


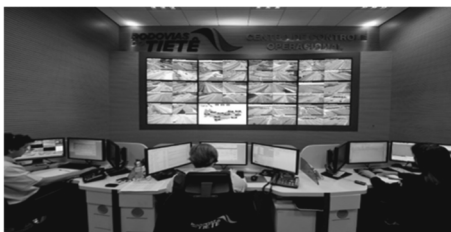
Sobre a Concessão

Em abril de 2009, a Rodovias do Tietê assinou, junto ao Governo do Estado de São Paulo, o contrato de concessão de 30 anos do Corredor Leste da Marechal Rondon. Para a gestão dos mais de 400 km de rodovias e acessos, a Concessionária pagou, em 18 meses, R\$ 517MM a título de outorga fixa.

O trecho concedido é constituído pela SP-101 (Rodovia Jornalista Francisco Aguirre Proença), SP-113 (Rodovia Dr. João José Rodrigues), SP-308 (Rodovia Comendador Mário Dedini), SP-300 (Rodovia Marechal Rondon) e SP-209 (Rodovia Prof. João Hipólito Martins), interligando 25 municípios do interior do Estado de São Paulo.

Durante o período de concessão, serão investidos mais de R\$ 2,4Bi na duplicação de mais de 90 km de vias, construção de 73 km de vias marginais, 87 km de faixas adicionais, 148 km de acostamentos e 24 passarelas. Entre as principais obras estão a duplicação da SP-101 e da SP-308 e o Contorno de Piracicaba, que contribuem com o desenvolvimento econômico da região e proporcionam mais segurança aos milhares de usuários que utilizam o sistema diariamente.





Destaques:

Receita Operacional

✓ R\$ 185 milhões de receita líquida.



Tráfego

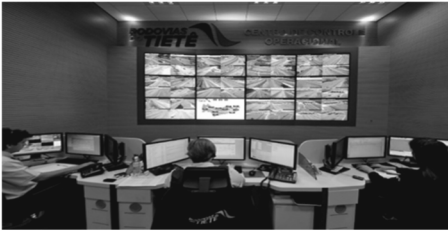
✓ Aumento de 11,21% no tráfego pedagigado e aumento de 10,26% no tráfego em eixos equivalentes.



Obras

- ✓ Duplicação da SP-101
- ✓ Duplicação da SP-308
- ✓ Recapeamentos das Rodovias
- ✓ Implantação do Contorno de Maristela





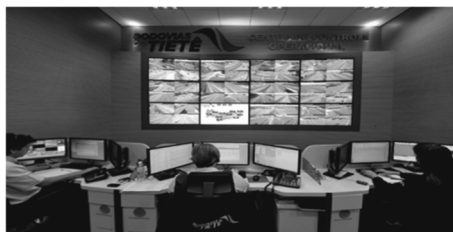
Sumário Executivo

A economia brasileira nos primeiros nove meses de 2021 teve um crescimento desacelerado. A taxa básica de juros do Banco Central do Brasil (SELIC) fechou em 5,15% a.a. em agosto de 2021, segundo o relatório do COPOM.

Vale ressaltar também que o IBGE apurou o índice oficial de inflação do país (IPCA) em 10,25% no acumulado nos últimos 12 meses. Segundo relatório Focus do Banco Central, divulgado no dia 24 de setembro de 2021, a previsão era que o Produto Interno Bruto (PIB) de 2021 ficasse 5,04% superior ao ano de 2020.

Nos primeiros nove meses de 2021 houve um aumento de 11,21% no tráfego de veículos, quando comparado ao mesmo período do ano anterior. Já o tráfego de veículos por eixos equivalentes apresentou um crescimento de 10,26%, quando comparado no mesmo período do ano anterior. Este aumento é reflexo da retomada da economia após os impactos da COVID-19 no mesmo período de 2020.

As principais obras realizadas pela Concessionária foram a duplicação da SP-101, a duplicação da SP-308, Dispositivos da SP-101 e a implantação do Contorno de Maristela.



Tráfego

Nos nove meses de 2021 o volume de tráfego teve um aumento de 11,21% quando comparado ao mesmo período do ano anterior. O fluxo de veículos de passeio teve um aumento de 11,66%, enquanto comerciais leves teve um aumento de 11,02% e comerciais pesados um aumento de 8,64%.

>> Veículos

Tráfego em milhares de veículos	2021*	2020*	Variação
Passeio	12.938.816	11.587.857	11,66%
Comercial Leve	2.922.351	2.632.371	11,02%
Comercial Pesado	1.962.563	1.806.453	8,64%
Total	17.823.730	16.026.681	11,21%

*Volume acumulado do período de Janeiro à Setembro.

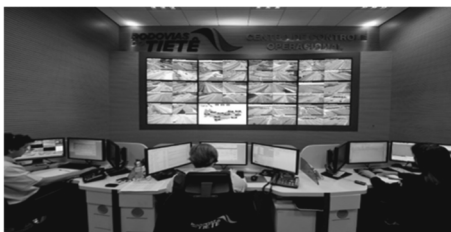
Nos nove meses de 2021 o volume de tráfego de eixos equivalentes teve um aumento 10,26% quando comparado ao mesmo período do ano anterior. O fluxo de veículos de passeio teve um aumento 11,67%, enquanto comerciais leves teve um aumento de 11,06% e comerciais pesados um aumento de 8,20%.

>> Eixos Equivalentes

Tráfego em milhares de veículos	2021*	2020*	Variação
Passeio	12.685.520	11.359.723	11,67%
Comercial Leve	6.990.959	6.294.698	11,06%
Comercial Pesado	11.144.215	10.299.257	8,20%
Total	30.820.694	27.953.678	10,26%

*Volume acumulado do período de Janeiro à Setembro.

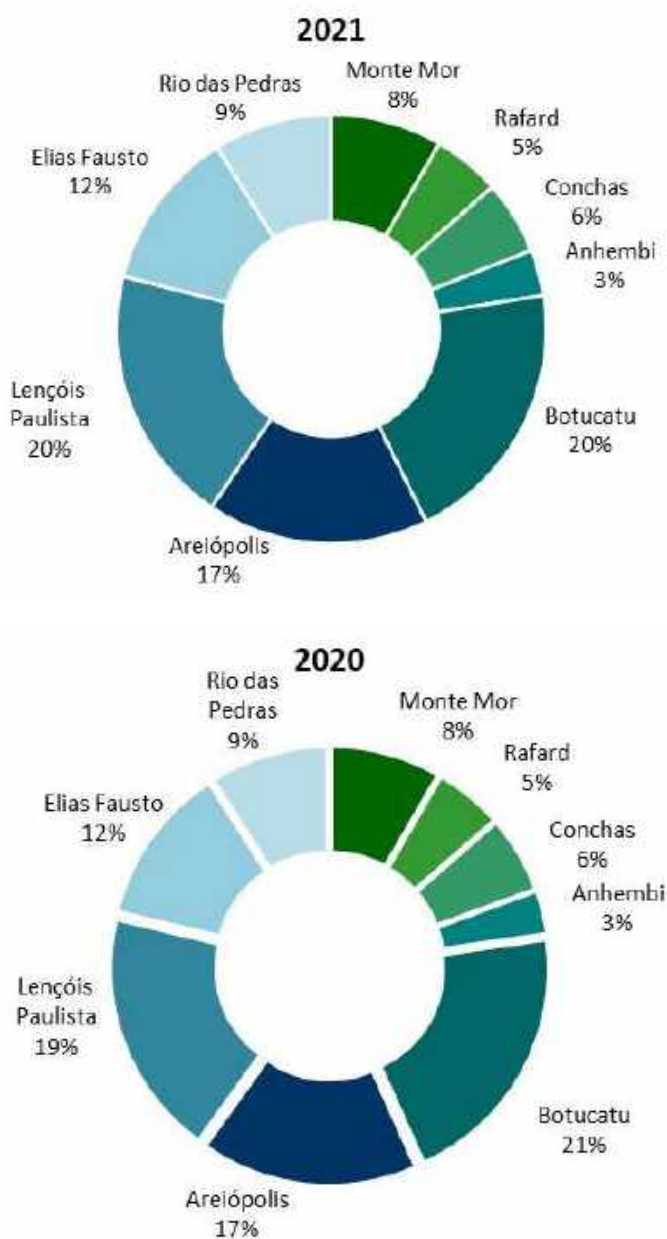
O aumento deve-se, ao acidente geológico ocorrido em Fevereiro de 2020 na SP-300 próxima a cidade de Botucatu/SP. Devido ao alto índice de chuvas do mês de fevereiro de 2020, o trecho do Km 258 ficou totalmente interditado para a passagem de veículos leves e pesados devido a erosão que atingiu uma das pistas. Além do acidente geológico mencionado, a Companhia teve seu tráfego de veículos, sua principal receita afetada pelos efeitos da pandemia da COVID-19, devido ao Governo do Estado de São Paulo ter decretado o período de quarentena para conter o avanço desta pandemia no Estado, liberando somente as atividades essenciais a continuarem funcionando, com esse decreto o tráfego de veículos no período de 2020, por este motivo é apresentado este aumento expressivo no tráfego.

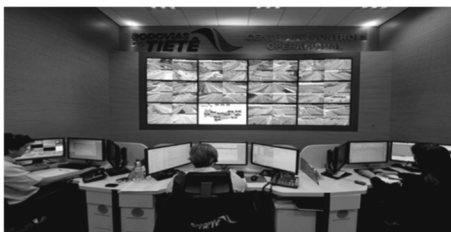


Tráfego

>> Tráfego por praça

O corredor de exportação localizado na SP-300 composto pelas praças de pedágio de Lençóis Paulista, Areiópolis e Botucatu, representa a maior parte da receita da companhia, cerca de 57% em eixos equivalentes. Já os corredores Municipal, Multisetorial e Industrial somados representam 43% da receita.



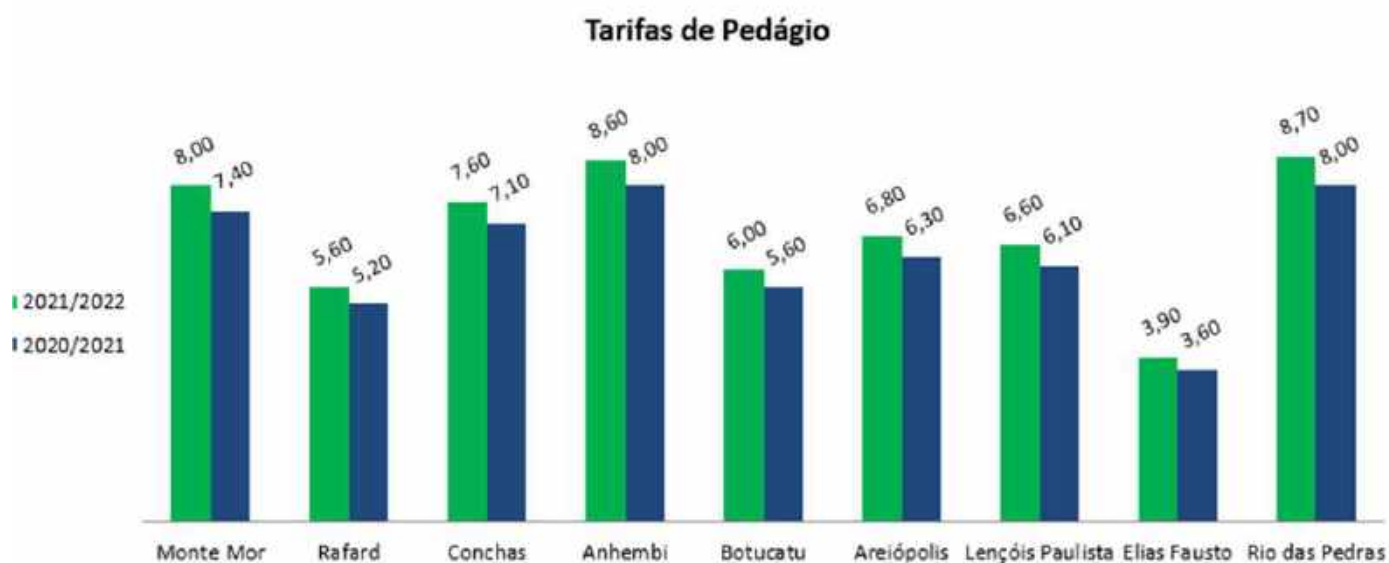


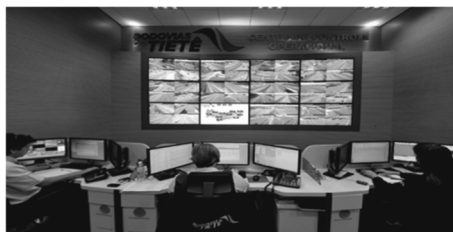
Tráfego

>> Tarifas de Pedágio

A tarifa média da Concessionária por eixo equivalente em 2020/2021 é de R\$ 6,87 contra R\$ 6,37 em 2019/2020.

Praça de pedágio	2021/2022	2020/2021
Monte Mor	8,00	7,40
Rafard	5,60	5,20
Conchas	7,60	7,10
Anhembi	8,60	8,00
Botucatu	6,00	5,60
Areiópolis	6,80	6,30
Lençóis Paulista	6,60	6,10
Elias Fausto	3,90	3,60
Rio das Pedras	8,70	8,00
Tarifa Média	6,87	6,37





Receitas

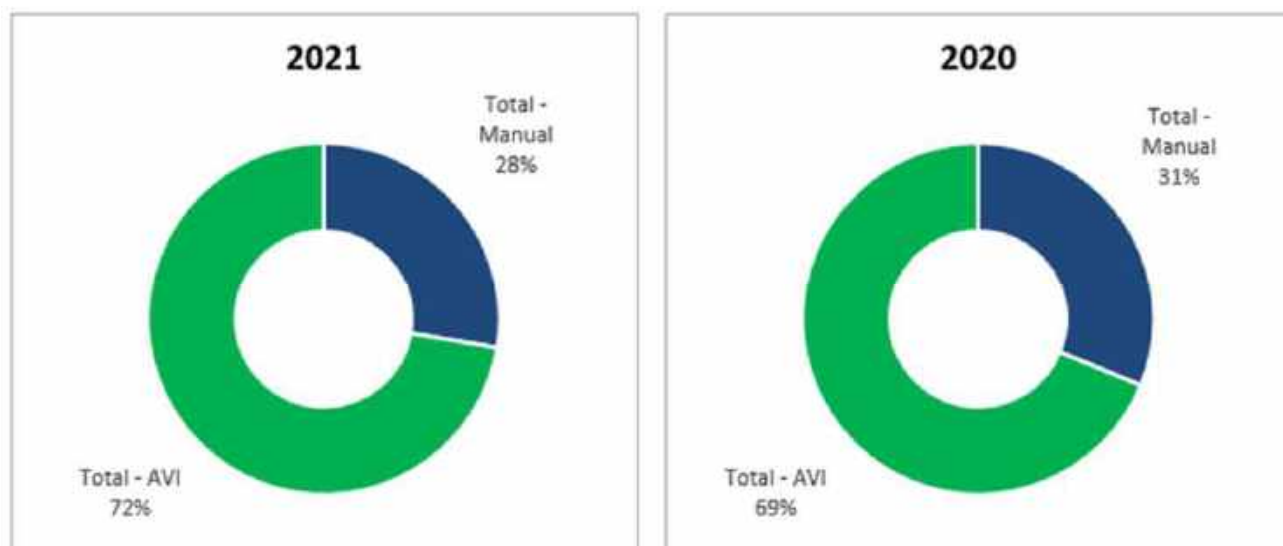
Receitas (em R\$ mil)	2021*	2020*	Varição
Receitas de Pedágio	191.616	165.350	15,89%
Receitas Acessórias	10.691	8.737	22,36%
Impostos sobre Receitas	(17.628)	(15.066)	17,01%
Receitas Operacionais	184.679	159.021	16,13%
Receitas de Construção	56.807	41.576	36,63%
TOTAL	241.486	200.597	20,38%

*Volume acumulado período de Janeiro à Setembro.

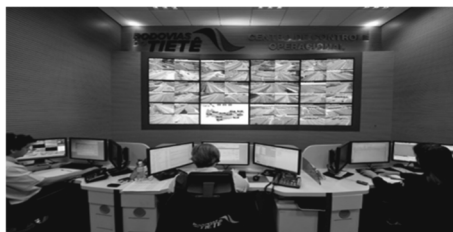
A Concessionária obteve, nos nove primeiros meses de 2021, uma receita bruta com arrecadação de pedágio de R\$ 191.616 mil (R\$ 165.350 mil no mesmo período de 2020) e arrecadou R\$ 10.691 mil (R\$ 8.737 mil no mesmo período de 2020) a título de receita acessória. Sobre estes valores foram recolhidos ISSQN, PIS e COFINS totalizando R\$ 17.628 mil nos nove primeiros meses de 2021 (R\$ 15.066 mil no mesmo período de 2020).

Além disso, atendendo às Normas de Interpretação Técnica ICPC 01 - Contratos de Concessão, a Concessionária reconheceu, no período em análise, R\$ 56.807 mil de receita de construção contra R\$ 41.576 mil no mesmo período do ano de 2020 com contrapartida nos custos de construção.

>> Formas de Pagamento



*Volume acumulado período de Janeiro à Setembro.



Custos e Despesas Operacionais

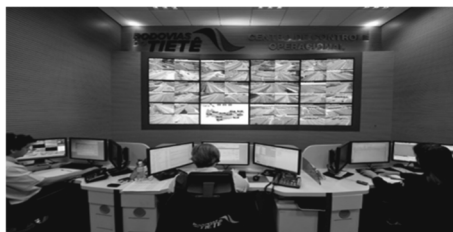
Os custos e despesas operacionais refletem gastos com pessoal, dispêndios com manutenção e conservação da infraestrutura concedida, serviços de terceiros, custos referentes à outorga variável sobre a arrecadação de pedágio e as receitas acessórias e dispêndios com seguros e garantias. Já os demais custos representam lançamentos contábeis oriundos das novas práticas contábeis e que não geram efeito caixa.

Custos e Despesas Operacionais	2021*	2020*	Variação
Com Pessoal	(17.721)	(17.520)	1,15%
Honorários da Administração	(1.478)	(1.414)	4,53%
Manutenção e conservação	(41.230)	(35.622)	15,74%
Serviço de terceiros	(4.808)	(5.033)	-4,47%
Ônus variável da concessão	(3.078)	(2.646)	16,33%
Seguros e Garantias	(1.371)	(1.146)	19,63%
Outras receitas e despesas	339	(4.802)	-107,06%
Subtotal	(69.347)	(68.183)	1,71%
Custo de serviços de construção	(55.605)	(41.174)	35,05%
Provisão para demandas judiciais	(87.720)	(15.838)	453,86%
Provisão para manutenção em rodovias	(68.220)	(5.701)	1096,63%
Depreciação e amortização	(37.693)	(34.644)	8,80%
Total	(318.585)	(165.540)	92,45%

*Volume acumulado período de Janeiro à Setembro.

Nos primeiros nove meses de 2021, houve um aumento de 92,45% nos custos e despesas operacionais que passaram de R\$ 165.540 mil em 2020 para R\$ 318.585 mil em 2021. As principais variações foram:

- ⇒ Manutenção e conservação: Reajuste nos contratos de prestação de serviços de conservação vegetal, guincho e pré-atendimento hospitalar;
- ⇒ Custo dos serviços de construção: Aumento nas aquisições do ativo intangível;
- ⇒ Provisão para manutenção em rodovias: Revisão das provisões para manutenção futura da infraestrutura devido à proximidade no novo ciclo de recapeamento e de sinalização horizontal que se iniciou no segundo trimestre de 2019;
- ⇒ Provisão para demandas judiciais: provisionamento de processos administrativos junto a ARTESP; e
- ⇒ Depreciação e amortização: Aumento em função da revisão da taxa de amortização da curva de demanda de tráfego e devido ao aumento dos investimento dos últimos doze meses.



EBITDA e MARGEM EBITDA

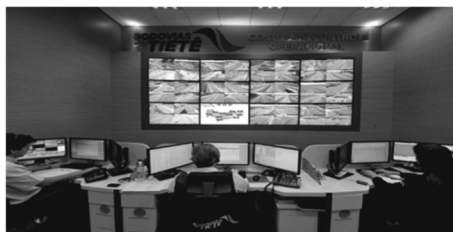
Para melhor refletir os índices de gestão da Companhia, o EBITDA apresentado na tabela abaixo é ajustado pela exclusão das provisões para manutenções futuras e para demandas judiciais e administrativas.

EBITDA (em R\$ mil)	2021*	2020*	Variação
Resultado Líquido do Período	(208.135)	(64.737)	221,51%
(+/-) Imposto de Renda e Contribuição Social Diferidos	(107.152)	(33.046)	224,25%
(+/-) Resultado Financeiro Líquido	238.188	132.840	79,30%
(+/-) Depreciação e Amortização	37.693	34.644	8,80%
EBITDA	(39.406)	69.701	-156,54%
(+/-) Provisão para manutenção em rodovias	68.220	5.701	1096,63%
(+/-) Provisão para demandas judiciais e Adm	87.720	15.838	453,86%
(+/-) Efeito Caixa Provisão manutenção conserva especial	(59.818)	(12.019)	397,70%
EBTIDA considerando efeito Cons. Especial (a)	56.716	79.221	-28,41%
Margem EBITDA Ajustado Cons. Especial	30,71%	49,82%	-19,11 p.p
(+/-) Efeito Caixa Provisão manutenção	59.818	12.019	397,70%
Receitas Operacionais (b)	184.679	159.021	16,13%
EBITDA AJUSTADO (c)	116.534	91.240	27,72%
Margem EBITDA Ajustado (c/b)	63,10%	57,38%	5,72 p.p

*Volume acumulado período de Janeiro à Setembro.

Nos primeiros nove meses de 2021, houve um aumento de 27,72% no EBITDA ajustado, que passou de R\$ 91.240 mil nos primeiros nove meses de 2020 para R\$ 116.534 mil no mesmo período de 2021. E a margem EBITDA ajustado teve um aumento de 5,72 p.p.

Além disso, houve um aumento de 8,80% na depreciação e amortização que passou de R\$ 34.644 mil nos primeiros nove meses de 2020 para R\$ 37.693 mil no mesmo período de 2021, em função do aumento de imobilizado e intangível dos últimos doze meses. Houve também uma variação de 1.096,63% na provisão para manutenção em rodovias por conta da revisão das provisões para manutenção futura da infraestrutura devido à proximidade no novo ciclo de recapeamento e de sinalização horizontal que se iniciou no segundo trimestre de 2019.



Resultado Financeiro

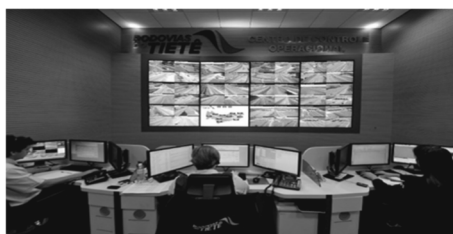
O resultado financeiro nos primeiros nove meses de 2021, comparado ao mesmo período de 2020, é composto da seguinte forma:

Resultado Financeiro (em R\$ mil)	2021*	2020*	Variação
Juros sobre Financiamentos e Debêntures	(219.946)	(115.345)	90,69%
Juros sobre Mútuo	(9.801)	(8.589)	14,11%
Outras Despesas Financeiras	(20.408)	(10.722)	90,34%
TOTAL DESPESAS FINANCEIRAS	(250.155)	(134.656)	85,77%
Receitas Financeiras	11.967	1.816	558,98%
TOTAL RESULTADO FINANCEIRO	(238.188)	(132.840)	79,30%

*Volume acumulado período de Janeiro à Setembro.

Nos primeiros nove meses de 2021 houve um aumento de 79,30% no resultado financeiro que passou de (R\$ 132.840) nos primeiros nove meses de 2020 para (R\$ 238.188) mil no mesmo período de 2021. As principais variações foram:

- ⇒ Juros sobre Mútuo: Aumento em função do maior índice de CDI.
- ⇒ Juros sobre Financiamentos e Debêntures: Aumento do IPCA nos primeiros nove meses de 2021.
- ⇒ Outras despesas financeiras: Aumento em função de maiores despesas com encargos financeiros.
- ⇒ Receitas Financeiras: Aumento devido aos valores aplicados no período de 12 meses, além do aumento da taxa de CDI.



Debêntures

Conforme aprovado em reuniões do Conselho de Administração e Assembleia Geral Extraordinária realizadas em 13 de maio de 2013, bem como autorizada pela ARTESP, por meio de Deliberação do Conselho Diretor de 23 de maio de 2013, publicada no Diário Oficial da União em 30 de maio de 2013, a Companhia efetuou, em 15 de junho de 2013, a emissão de 1.065.000 debêntures simples, incentivadas de acordo com a lei 12.431, com valor nominal unitário de R\$1.000,00 (mil reais), sob regime de garantia firme de colocação, não conversíveis em ações, da espécie quirografária com garantia real, em série única, nominativas e escriturais, perfazendo o montante total de R\$1.065.000 mil.

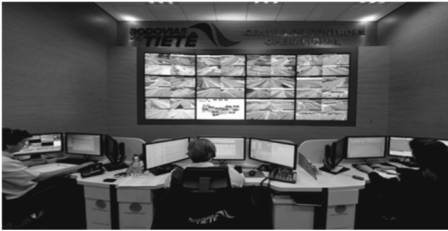
As debêntures foram objeto de oferta pública de distribuição registrada na CVM, em conformidade com a Instrução CVM 400 e demais disposições legais, regulamentares e auto regulatórias aplicáveis. O registro da Oferta foi requerido por meio do procedimento simplificado instituído pela Instrução da CVM 471, sendo a oferta submetida previamente à análise da Associação Brasileira das Entidades dos Mercados Financeiro e de Capitais – ANBIMA (“ANBIMA”).

Os recursos obtidos na data de liquidação, em 05 de julho de 2013, totalizaram R\$1.071.202 mil. Esses recursos financeiros, líquidos de custos de captação de R\$65.320 mil, foram utilizados na liquidação antecipada da 4ª série de Notas Promissórias comerciais, no montante de R\$610.210 mil, em 05 de julho de 2013, e o restante permaneceu investido em contas reservas para garantir o pagamento dos juros sobre as debêntures, o financiamento parcial das obras previstas no Contrato de Concessão e de Custos Operacionais.

As debêntures estão garantidas pela alienação fiduciária das ações da Companhia e cessão fiduciária dos direitos creditórios oriundos da concessão.

As debêntures são remuneradas pela variação acumulada do Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo - IPCA (“IPCA”) e pagos semestralmente, conforme tabela abaixo:

Datas de Pagamento	Principal	Juros	Total
15/12/2013	-	45.653	45.653
15/06/2014	-	43.365	43.365
15/12/2014	-	46.517	46.517
15/06/2015	-	46.650	46.650
14/12/2015	-	50.981	50.981
14/06/2016	-	51.851	51.851
14/12/2016	-	54.109	54.109
14/06/2017	-	54.157	54.157
14/12/2017	9.283	56.871	66.154
14/06/2018	15.174	56.897	72.071
17/12/2018	35.855	56.882	92.737
17/06/2019	38.803	55.412	94.215



Debêntures - (continuação)

Em 20 de setembro de 2019, a Companhia solicitou aos Debenturistas a deliberação dos seguintes itens:

- A. Deliberação acerca da declaração, ou não, do vencimento antecipado das Debêntures, tendo em vista o descumprimento de suas obrigações não pecuniárias atinentes ao: (i) cumprimento com as obrigações por ela assumidas, constantes das deliberações das Assembleias Gerais de Debenturistas realizadas em 13/12/2017, 30/04/2018, 30/05/2018, 28/06/2018, 30/07/2018, 30/08/2018, 12/11/2018, 11/12/2018, 12/02/2019, 27/03/2019, 26/04/2019, 05/06/2019, suspensão e retomada em 12/06/2019, suspensão e retomada em 14/06/2019 e 24/07/2019, suspensão e retomada em 30/07/2019; e (ii) recomponha os Saldos Mínimos Obrigatórios das Contas de Reserva, conforme estabelecido no Aditivo do Contrato de Administração de Contas;
- B. Aprovação de alteração dos quóruns estabelecidos na cláusula 7.13 da Escritura de Emissão;
- C. Apresentação de nova proposta de reestruturação, realização de análise, discussão e aprovação de tal proposta, podendo ser apresentado contraproposta pelos Debenturistas presentes.

Em resultado a essa solicitação, os Debenturistas suspenderam para o dia 04 de outubro de 2019 os itens apresentados pela Companhia.

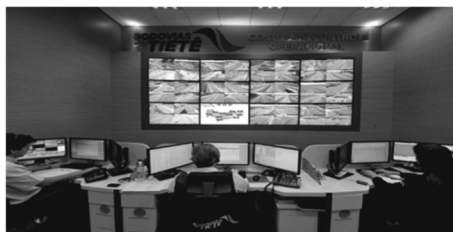
Em 04 de outubro de 2019, os Debenturistas suspenderam para o dia 25 de outubro a deliberação dos itens apresentados na AGD do dia 20/09/2019.

Em 25 de outubro de 2019, foi realizada Assembleia Geral de Titulares de Debêntures (AGDs), na qual foi suspensa para o dia 08 de novembro de 2019.

Em 08 de novembro de 2019, foi realizada Assembleia Geral de Titulares de Debêntures (AGDs), na qual foram deliberados os seguintes itens:

- A. Com o não atendimento da cláusula 4.16.7 da Escritura, onde é necessário o quórum de, no mínimo, 2/3 dos presentes para não declarar o vencimento antecipado, restou declarado o vencimento antecipado das Debêntures;
 - A.1 Com o resultado do item "A", este item ficou prejudicado.
- B. Não foi aprovada a alteração dos quóruns estabelecidos na cláusula 7.13 da Escritura de Emissão considerando que, pelo disposto na Escritura, seria necessária a aprovação de 100% dos presentes, mas que somente 77,49% dos presentes votaram pela aprovação deste item;
- C. Com o resultado do item "A", este item ficou prejudicado.
- D. Não houve assuntos adicionais.

Com a declaração de vencimento antecipado, a Administração da Concessionária realizou a abertura do processo de recuperação judicial como sendo mais um passo para a reestruturação financeira, mas que não afetará no atendimento aos compromissos assumidos junto ao órgão regulador e aos serviços a serem prestados aos usuários que utilizam Corredor Leste da Marechal Rondon.



Debêntures - (continuação)

Em 08 de novembro de 2019, com a declaração de vencimento antecipado em Assembleia Geral de Titulares de Debêntures (AGD), a Administração da Companhia deu início aos trâmites para protocolar a abertura do processo de recuperação judicial, como sendo mais um passo no processo de reestruturação financeira, sem afetar os compromissos assumidos junto ao órgão regulador e os serviços a serem prestados aos usuários que utilizam o Corredor Leste da Marechal Rondon.

Em 11 de novembro de 2019, a Companhia ajuizou pedido de recuperação judicial, nos termos da Lei 11.101/05 (“Lei de Recuperação e Falências”), cujo processamento foi deferido em 13 de dezembro de 2019 pelo Juízo da 1ª Vara do Foro da Comarca de Salto do Estado de São Paulo (“Recuperação Judicial”).

Na visão da Companhia, o processo de Recuperação Judicial é a maneira mais adequada para: (a) buscar, de forma organizada, o reperfilamento de seu endividamento em melhores condições; (b) preservar a continuidade dos serviços públicos prestados pela Companhia, considerando os compromissos assumidos com a Agência de Transporte do Estado de São Paulo – ARTESP; (c) possibilitar a manutenção da normalidade operacional de suas atividades; e (d) preservar o valor e proteger o caixa da Companhia.

A decisão que deferiu o processamento de Recuperação Judicial determinou, entre outros, (i) a nomeação da Deloitte Touche Tohmatsu Consultores Ltda. para exercer a função de administradora judicial; (ii) a suspensão de todas as ações e execuções contra a Companhia, na forma do artigo 6º da Lei de Recuperação e Falências; (iii) a necessidade de prévia deliberação acerca da essencialidade ou não de bem ou direito inserido na esfera patrimonial da Companhia para qualquer ato de excussão de bens essenciais ou pagamento fora da Recuperação Judicial, sob pena de sanção; (iv) a apresentação de plano de recuperação judicial no prazo de 60 dias; e (v) reconheceu como bem essencial os valores contidos na “Conta de Pagamentos do Projeto” durante o *stay period*.

Em 19 de dezembro de 2019, foi publicada a lista de credores apresentada pela Companhia. A partir desta publicação os credores tiveram um prazo de 15 (quinze) dias para apresentar ao administrador judicial habilitações ou divergências de créditos.

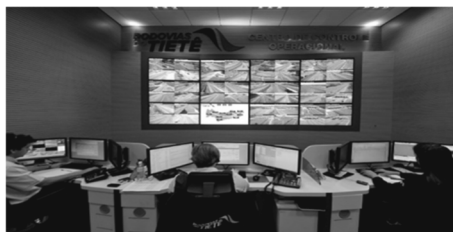
No dia 18 de março de 2020 o administrador judicial apresentou a Segunda Lista de Credores, mas devido a COVID-19 a lista só foi publicada no dia 17 de junho, tendo os prazos da recuperação judicial sido retomados a partir da publicação.

Em 27 de agosto de 2020, o Juízo de Recuperação Judicial da Companhia publicou o Edital de Convocação da Assembleia Geral de Credores, a ser realizada, em primeira convocação, no dia 14 de setembro de 2020, e em segunda convocação, no dia 01 de outubro de 2020, para votação do Plano de Recuperação Judicial protocolado pela Companhia no dia 18 de março de 2020.

Em 01 de outubro de 2020, foi realizada a Assembleia Geral de Credores (“AGC”), onde foi suspensa até o dia 27 de novembro de 2020.

Em 10 de novembro de 2020, o Juízo da Recuperação Judicial da Companhia publicou decisão postergando a AGC para o dia 16 de dezembro de 2020.

Em 15 de dezembro de 2020, o Juízo da Recuperação Judicial publicou a decisão postergando a AGC para o dia 21 de janeiro de 2021.



Debêntures - (continuação)

Em 21 de janeiro de 2021, a Assembleia Geral de Credores foi suspensa, sendo sua reabertura programada para o dia 10 de março de 2021.

Em 09 de março de 2021, o Juízo da Recuperação Judicial publicou a decisão de (i) redesignação da Assembleia Geral de Credores, prevista para 21 de janeiro de 2021, para o dia 08 de junho de 2021, e (ii) prorrogação do *stay period* pelo prazo de 180 dias iniciados com o término do prazo da prorrogação anterior.

Em 02 de junho de 2021, o Juízo da Recuperação Judicial publicou a decisão de redesignação da Assembleia Geral de Credores, prevista para 08 de junho de 2021 para o dia 08 de julho de 2021.

Em 05 de julho de 2021, o Juízo da Recuperação Judicial publicou a decisão de redesignação da Assembleia Geral de Credores, prevista para 08 de julho de 2021, para o dia 23 de setembro de 2021.

Em 09 de agosto de 2021, a Companhia protocolou no Juízo da Recuperação Judicial o novo Plano de Recuperação Judicial, sendo esse novo Plano apresentado para votação na próxima Assembleia.

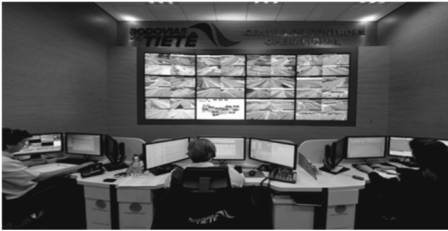
Em 23 de setembro de 2021, em Assembleia Geral de Credores foi aprovado o Plano de Recuperação Judicial divulgado no dia 09 de agosto.

Em 30 de setembro de 2021, o Juízo da Recuperação Judicial publicou a homologação do Plano de Recuperação aprovado na Assembleia Geral de Credores.

Resultados dos Índices Financeiros em cada período:

Período	ICSD	D/E Dívida e Patrimônio Líquido
Dezembro/2013	Não medido	83,67/16,33
Junho/2014	Não medido	83,95/16,05
Dezembro/2014	Não medido	84,35/15,65
Junho/2015	7,54	84,88/15,12
Dezembro/2015	1,82	87,95/12,05
Junho/2016	1,36	89,35/10,65
Dezembro/2016	1,46	89,66/10,34
Junho/2017	1,63	90,58/9,42
Dezembro/2017	1,52	91,15/8,85
Junho/2018	1,58	93,11/6,89
Dezembro/2018	1,43	94,14/5,86
Junho/2019	1,17	96,85/3,15
Dezembro/2019	Não medido*	-

* Devido a declaração de vencimento antecipado, a Companhia não realizou os cálculos dos Índices Financeiros para o período findo.



Obras e Investimentos



Duplicação da SP-101

Duplicação do km 25+700 ao km 43+500 (total de 17,80 quilômetros) da rodovia SP-101 e implantação/adequação de 5 dispositivos. Os trabalhos de limpeza do local da obra já foram iniciados, bem como as intervenções de supressão vegetal. As Obras de Arte Especiais (OAE's) dos quilômetros 25, 32 e 41 e a ponte do km 32+900 também foram iniciadas e o custo incorrido até setembro de 2021 foi de **R\$ 12,630 milhões**.



Duplicação da SP-308

Duplicação do km 102+200 ao km 127+730 (total de 25,53 quilômetros) da rodovia SP-308 e implantação/adequação de 8 dispositivos. Os serviços de terraplenagem e drenagem estão em andamento. As Obras de Arte Especiais (OAE's) dos quilômetros 103, 107 e 112 foram finalizados e o custo incorrido até setembro de 2021 foi de **R\$ 24,713 milhões**.



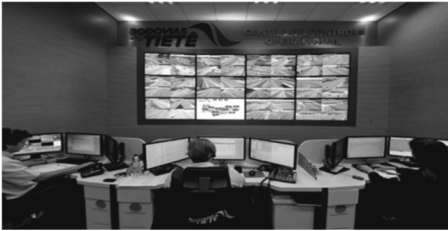
Recapamentos da SP-101, SP-209, SP-300 e SP-308

Segundo ciclo de intervenção da conservação especial de pavimento das rodovias SP-101, SP-209, SP-300 e SP-308. O custo incorrido até setembro de 2021 para essas quatro obras foi de **R\$ 114,819 milhões**.



Contorno de Maristela

Construção do Contorno de Maristela (total de 3,2 quilômetros) na SP-300, em Laranjal Paulista. A contratação foi dividida em duas partes: a primeira parte, relacionadas ao tronco e a segunda parte, relacionada à OAE. As obras já foram iniciadas e o custo incorrido até setembro de 2021 foi de **R\$ 15,947 milhões**.



Responsabilidade Socioambiental

Café na Passarela



Esta ação tem como objetivo principal de reduzir o número de acidentes com pedestres nas rodovias, ela é realizada nos pontos com maior fluxo de pedestres com o convite para um café da manhã acompanhado de material educativo e orientações pelos funcionários da concessionária afim de incentivar e conscientizar os usuários sobre a importância do uso das passarelas e os riscos envolvidos em travessias imprudentes.

Acorda Motorista



O evento “Acorda Motorista” é focado aos caminhoneiros da rodovia. Ela é realizada no período da madrugada, justamente para alertá-los sobre os riscos de dirigir com sono. Todos os usuários recebem um material com dicas e informações para garantir uma viagem segura, como a importância da parada a cada duas horas dirigindo e a necessidade de dormir antes de uma viagem além de distribuição de kit saúde com álcool em gel e máscara.

Ação “Cavalo de aço – Abrace a vida motociclista”

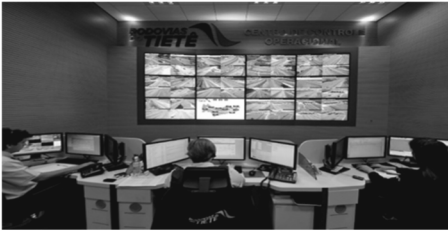


Esta ação tem como objetivo abordar os motociclistas para conscientizá-los sobre os cuidados no trânsito, ressaltando sobre a importância do uso dos equipamentos de segurança. A concessionária disponibiliza gratuitamente uma inspeção nos itens de segurança das motocicletas e faz a distribuição de equipamentos como: antenas corta pipa e kit de adesivos refletivos para capacete.

Fauna Doméstica e Silvestre

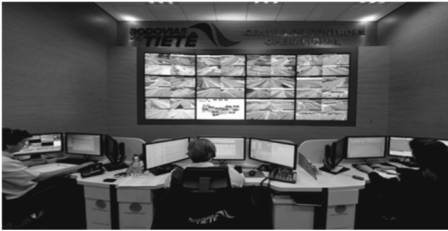


A campanha Fauna Doméstica e Silvestre é uma atividade sobre educação ambiental, que foi realizado com os nossos usuários. O intuito da campanha é informar os usuários sobre a importância dos cuidados em trechos que contém vida silvestre e doméstica. Foram distribuídos panfletos destacando a importância da fauna e da atenção redobrada nas estradas.



Balanço Patrimonial

Ativo (em R\$ mil)	2021	2020
Circulante		
Caixa e equivalentes de caixa (Nota 4)	67.595	50.636
Contas a receber (Nota 6)	22.911	21.126
Despesas Antecipadas	1.473	988
Impostos a recuperar (Nota 7)	687	346
Outros ativos	4.224	2.220
	96.890	75.316
Não circulante		
Aplicações financeiras vinculadas (Nota 5)	61.592	61.725
Imposto de renda e contribuição social diferidos (Nota 8)	430.449	323.296
Despesas antecipadas	-	-
Depósitos judiciais (Nota 13.a)	39.509	38.709
Outros ativos	3.027	1.799
Imobilizado (Nota 9)	6.863	7.478
Intangível (Nota 10)	1.334.454	1.312.546
	1.875.894	1.745.553
Total do ativo	1.972.784	1.820.869



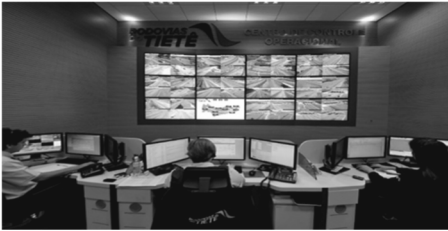
Balanco Patrimonial

Passivo (em R\$ mil)	2021	2020
Circulante		
Fornecedores e prestadores de serviços (Nota 11)	44.634	16.401
Debêntures (Nota 14)	1.852.650	1.624.541
Credor pela concessão	372	342
Obrigações tributárias	3.195	2.852
Obrigações trabalhistas	4.779	3.349
Provisões (Nota 13)	148.206	162.509
Outros passivos	2.633	1.659
	2.056.469	1.811.653
Não circulante		
Debêntures (Nota 14)	-	-
Provisões (Nota 13)	312.947	207.344
Mútuos a pagar a partes relacionadas (Nota 12.b)	151.092	141.292
Outros passivos	933	1.102
	464.972	349.738
Total do passivo	2.521.441	2.161.391
Patrimônio líquido (Passivo a Descoberto) - (Nota 15)		
Capital social	303.578	303.578
Prejuízos acumulados	(852.235)	(644.099)
Total do patrimônio líquido (passivo a descoberto)	(548.657)	(340.522)
Total do passivo e patrimônio líquido (passivo a descoberto)	1.972.784	1.820.869



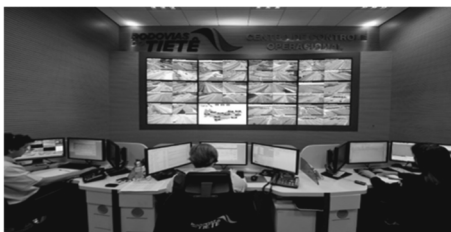
Demonstrações dos Resultados

Demonstração dos Resultados (em R\$ mil)	2021	2020
Receita operacional líquida (Nota 16)	241.486	200.597
Custos dos serviços prestados (Nota 17)	(227.080)	(138.179)
Lucro bruto	14.406	62.418
Despesas e receitas operacionais:		
Gerais e administrativas (Nota 17)	(9.748)	(10.838)
Outras receitas (despesas) operacionais, líquidas (Nota 17(i))	(81.757)	(16.523)
	(91.505)	(27.361)
Lucro (prejuízo) operacional	(77.099)	35.057
Despesas financeiras (Nota 18)	(250.155)	(134.656)
Receitas financeiras (Nota 18)	11.967	1.816
Despesas financeiras, líquidas	(238.188)	(132.840)
Prejuízo antes do imposto de renda e da contribuição social	(315.287)	(97.783)
Imposto de renda e contribuição social diferidos (Nota 8)	107.152	33.046
Prejuízo do período	(208.135)	(64.737)
Prejuízo básico e diluído por ação - em R\$ (Nota 20)	(0,00686)	(0,00213)



Fluxo de Caixa

Demonstração do Fluxo de Caixa (em R\$ mil)	2021	2020
Fluxos de caixa das atividades operacionais		
Prejuízo do período	(208.135)	(64.737)
Imposto de renda e contribuição social diferidos	(107.152)	(33.046)
Depreciação e amortização	37.693	34.644
Rendimentos de aplicações financeiras	(1.562)	(319)
Perda na baixa de bens do ativo intangível e imobilizado	-	-
Juros e variações monetárias sobre financiamentos e debêntures	219.946	115.345
Juros sobre mútuos com partes relacionadas	9.801	8.589
Provisões para demandas judiciais	88.946	15.856
Provisões para manutenção em rodovias	68.220	5.701
Ajuste a valor presente sobre provisão para manutenção em rodovias	(6.575)	1.074
Variação monetária sobre provisão para investimentos	524	98
Provisão (reversão) para crédito de liquidação duvidosa	98	136
	101.804	83.341
Variação nas contas de ativo		
Contas a receber	(1.885)	801
Despesas antecipadas	(485)	(526)
Tributos a recuperar	(341)	833
Depósitos judiciais	(800)	52
Outros ativos	(3.231)	(245)
Variação nas contas de passivo		
Fornecedores e prestadores de serviços	28.233	4.732
Credor pela concessão - ônus variável	30	(2)
Obrigações tributárias	343	(11)
Obrigações trabalhistas	1.430	1.023
Provisão para manutenção — pagamento	(59.818)	(12.019)
Outros passivos	804	2.054
Caixa líquido gerado pelas atividades operacionais	66.084	80.033
Fluxos de caixa das atividades de investimento		
Aplicações financeiras	-	-
Resgate de aplicações financeiras	1.695	1.850
Investimentos no ativo imobilizado	(158)	(35)
Investimentos no ativo intangível	(50.662)	(40.098)
Caixa líquido aplicado nas (gerado pelas) atividades de investimento	(49.125)	(38.283)
Fluxos de caixa das atividades de financiamento		
Amortização de principal sobre debêntures	-	-
Pagamento de prêmio sobre financiamentos e debêntures	-	-
Caixa líquido aplicado nas atividades de financiamento	-	-
Aumento (Redução) de caixa e equivalentes de caixa	16.959	41.750
Caixa e equivalentes de caixa no início do período	50.636	4.846
Caixa e equivalentes de caixa no fim do período	67.595	46.596



Relacionamento com o Auditor

A Concessionária contratou a PricewaterhouseCoopers Auditores Independentes (“PwC”) para revisar as informações trimestrais (ITRs) relativas aos nove meses de 2021.

Ao contratar outros serviços de seus auditores externos, a política de atuação da Companhia se fundamenta nos princípios que preservem a independência do auditor e consistem em: (a) o auditor não deve auditar seu próprio trabalho, (b) o auditor não deve exercer funções gerenciais na Companhia e (c) o auditor não deve promover os interesses da Companhia.

Notas Explicativas

Concessionária Rodovias do Tietê S.A. – em recuperação judicial

Notas explicativas da administração às informações trimestrais em 30 de setembro de 2021
Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

1 Contexto operacional

A Concessionária Rodovias do Tietê S.A. - em recuperação judicial (“CRT”, “Concessionária” ou “Companhia”), sociedade anônima de capital aberto, com sede na Rodovia do Açúcar (SP 308), KM 108 + 600 metros, cidade de Salto, SP, Brasil, iniciou suas operações em 23 de abril de 2009, de acordo com o Contrato de Concessão Rodoviária firmado com a Agência Reguladora de Serviços Públicos Delegados de Transporte do Estado de São Paulo - ARTESP (“ARTESP” ou “Poder Concedente”). A Companhia possui registro na Comissão de Valores Mobiliários (“CVM”) na categoria B desde 06 de setembro de 2011.

A Companhia tem como objetivo realizar, sob o regime de concessão (por prazo certo) até 23 de abril de 2039, a exploração do Corredor Marechal Rondon Leste, sendo responsável pela administração de 415 km compreendendo: (i) a execução, gestão e fiscalização dos serviços operacionais, de conservação e de ampliação; (ii) o apoio aos serviços de competência do Poder Público; e (iii) o controle de serviços não essenciais prestados por terceiros, nos termos do Contrato de Concessão.

Os principais compromissos assumidos no Contrato de Concessão Rodoviária, os quais se encontram em fase de projeto ou de execução, são:

- Duplicações: duplicação de trechos das rodovias sob responsabilidade da Companhia, SP-101, SP-300 e SP-308, totalizando 88,4 km; e
- Dispositivos de entroncamento: melhorias dos dispositivos existentes e implantação de novos dispositivos, em toda a malha rodoviária sob responsabilidades da Companhia, compreendendo as vias SP-101, SP-113, SP-209, SP-300 e SP-308, totalizando 120 km.

Em 30 de setembro de 2021, o valor presente dos investimentos programados para liquidar os compromissos assumidos pela Companhia, até o final do contrato de concessão, era de R\$ 2.335 milhões (R\$ 3.095 milhões a valor nominal naquela data) e em 31 de dezembro de 2020 era de R\$ 2.319 milhões (R\$ 3.074 milhões a valor nominal naquela data), concentrado na implantação de dispositivos de entroncamento, obras de duplicação, pavimentação, conservação e sinalização, contornos, sistemas de telecomunicações, supervisão e controle.

Extinta a concessão, retornam ao Poder Concedente, de forma gratuita e automática, todos os bens reversíveis, direitos e privilégios vinculados à exploração do sistema rodoviário transferido à Companhia, ou por ela implantado no âmbito da concessão. A Companhia terá direito à indenização correspondente ao saldo não amortizado ou depreciado dos bens, cuja aquisição tenha ocorrido nos últimos cinco anos do prazo da concessão, desde que realizada para garantir a continuidade e a atualidade dos serviços abrangidos pela concessão.

Conforme estabelecido no Contrato de Concessão, as tarifas de pedágio são reajustadas anualmente no mês de julho com base na variação do IPC-A ocorrida até 31 de maio do mesmo ano.

Em 30 de setembro de 2021, a Companhia apresentou prejuízo no montante de R\$ 208.135 (2020 - R\$ 64.737), um capital circulante líquido negativo de R\$ 1.959.579 (2020 - R\$ 1.736.337) e patrimônio líquido negativo (passivo a descoberto) de R\$ 548.657 (2020 - R\$ 340.522) com R\$ 303.578 de capital subscrito pelos acionistas. O capital circulante negativo mencionado acima está considerando a totalidade das debêntures classificadas no passivo circulante conforme determinação das normas internacionais de contabilidade, em razão da declaração de vencimento antecipado em Assembleia realizada no dia 08 de novembro de 2019.

1.1. Recuperação judicial

Em 11 de novembro de 2019, a Companhia ajuizou pedido de recuperação judicial, nos termos da Lei 11.101/05 (“Lei de Recuperação e Falências”), cujo processamento foi deferido em 13 de dezembro de 2019 pelo Juízo da 1ª Vara do Foro da Comarca de Salto do Estado de São Paulo (“Recuperação Judicial”).

Notas Explicativas

Concessionária Rodovias do Tietê S.A. – em recuperação judicial

Notas explicativas da administração às
informações trimestrais em 30 de setembro de 2021
Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

Na visão da Companhia, a Recuperação Judicial (“RJ”) foi a forma mais adequada para: (a) buscar, de forma organizada, o reperfilamento de seu endividamento em melhores condições; (b) preservar a continuidade dos serviços públicos prestados pela Companhia, considerando os compromissos assumidos com a Agência Reguladora de Serviços Públicos Delegados de Transporte do Estado de São Paulo - ARTESP; (c) possibilitar a manutenção da normalidade operacional de suas atividades; e (d) preservar o valor e proteger o caixa da Companhia.

A decisão que deferiu o processamento de Recuperação Judicial determinou, entre outros, (i) a nomeação da Deloitte Touche Tohmatsu Consultores Ltda. para exercer a função de administradora judicial; (ii) a suspensão de todas as ações e execuções contra a Companhia, na forma do artigo 6º da Lei de Recuperação e Falências; (iii) a necessidade de prévia deliberação acerca da essencialidade ou não de bem ou direito inserido na esfera patrimonial da Companhia para qualquer ato de excussão de bens essenciais ou pagamento fora da Recuperação Judicial, sob pena de sanção; (iv) a apresentação de plano de recuperação judicial no prazo de 60 dias, tendo que o prazo para apresentação da primeira versão do plano estendido para o dia 18 de março de 2020, devido ao recesso judiciário de 2019 e 2020; e (v) reconheceu como bem essencial os valores contidos na “Conta de Pagamentos do Projeto” durante o *stay period*.

Em 19 de dezembro de 2019, foi publicada a primeira lista de credores apresentada pela Companhia. A partir desta publicação os credores tiveram um prazo de 15 (quinze) dias para apresentar ao administrador judicial habilitações ou divergências de créditos.

O administrador judicial realizou a revisão da lista de credores apresentada pela Companhia levando em consideração as habilitações de crédito e divergências, apresentará e publicará uma segunda lista de credores. O prazo para o administrador judicial apresentar a segunda lista de credores seria de 45 (quarenta e cinco) dias após o fim do prazo para apresentação das habilitações de crédito e divergências (“Segunda Lista de Credores”). A partir da publicação da Segunda Lista de Credores, teve o início de dois prazos para os credores: (i) um prazo de 10 dias para os credores apresentarem ao Juiz suas impugnações à Segunda Lista de Credores, e (ii) um prazo de 30 dias para os credores apresentarem suas objeções ao plano de Recuperação Judicial.

No dia 18 de março de 2020, o administrador judicial apresentou a Segunda Lista de Credores, mas devido a COVID-19 a referida lista só foi publicada no dia 17 de junho, tendo os prazos da recuperação judicial sido retomados a partir da sua publicação. Na mesma data, a Companhia protocolou a primeira versão do plano de Recuperação Judicial.

O plano de Recuperação Judicial deveria ser aprovado em Assembleia de Credores em data a ser designada pelo juízo da Recuperação Judicial. Após essa aprovação, o Plano deveria ser homologado pelo Juiz. Neste contexto, em 27 de agosto de 2020, o Juízo de Recuperação Judicial da Companhia publicou o Edital de Convocação da Assembleia Geral de Credores, a ser realizada, em primeira convocação, no dia 14 de setembro de 2020, e em segunda convocação, no dia 01 de outubro de 2020, para votação do Plano de Recuperação Judicial protocolado no dia 18 de março pela Companhia.

Em 01 de outubro de 2020, a Assembleia Geral de Credores (“AGC”) foi realizada, tendo sido suspensa até o dia 27 de novembro de 2020.

Em 10 de novembro de 2020, o Juízo da Recuperação Judicial publicou a decisão postergando a AGC que seria realizada no dia 27 de novembro para o dia 16 de dezembro de 2020.

Em 16 de novembro de 2020, a Companhia protocolou uma nova versão do Plano de Recuperação Judicial a ser apreciada na AGC.

Em 15 de dezembro de 2020, o Juízo da Recuperação Judicial publicou a decisão de postergação da AGC para o dia 21 de janeiro de 2021.

Em 21 de janeiro de 2021, a Assembleia Geral de Credores foi suspensa, tendo sua reabertura sido programada para o dia 10 de março de 2021.

Notas Explicativas

Concessionária Rodovias do Tietê S.A. – em recuperação judicial

Notas explicativas da administração às informações trimestrais em 30 de setembro de 2021
Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

Em 09 de março de 2021, o Juízo da Recuperação Judicial publicou a decisão de (i) redesignação da Assembleia Geral de Credores, prevista para 21 de janeiro de 2021, para o dia 08 de junho de 2021, e (ii) prorrogação do *stay period* pelo prazo de 180 dias iniciados com o término do prazo da prorrogação anterior.

Em 02 de junho de 2021, o Juízo da Recuperação Judicial publicou a decisão de redesignação da Assembleia Geral de Credores, prevista para 08 de junho de 2021 para o dia 08 de julho de 2021.

Em 05 de julho de 2021, o Juízo da Recuperação Judicial publicou a decisão de redesignação da Assembleia Geral de Credores, prevista para 08 de julho de 2021, para o dia 23 de setembro de 2021.

Em 09 de agosto de 2021, a Companhia protocolou no Juízo da Recuperação Judicial um novo Plano de Recuperação Judicial, para votação na Assembleia do dia 23 de setembro de 2021.

Em 23 de setembro de 2021, em Assembleia Geral de Credores (“AGC”) foi aprovado o novo Plano de Recuperação Judicial (“PRJ”) divulgado no dia 09 de agosto de 2021.

Em 30 de setembro de 2021, o Juízo da Recuperação Judicial proferiu a decisão de homologação do Plano de Recuperação aprovado na Assembleia Geral de Credores (“Plano”), tendo essa decisão sido publicada no Diário de Justiça Eletrônico em 06 de outubro de 2021.

O Plano de Recuperação apresentado pela Companhia e aprovado em Assembleia Geral de Credores demonstra os principais pontos para a reestruturação financeira:

- Compra e venda de 100% (cem por cento) das ações ordinárias da Companhia: acordo de compra e venda das ações detidas pelos atuais acionistas para o Fundo de Investimento gerido pela empresa Geribá.
- Créditos quirografários detidos por Debenturista: o Debenturista terá que duas opções de pagamento, caso escolha a “Opção A” as debêntures atuais serão trocadas por “Debêntures de Resultado” e caso seja realizada a escolha da “Opção B” as debêntures darão lugar para cotas do Fundo de Investimento.
- Credores Trabalhistas: serão pagos em 12 parcelas mensais de igual valor respeitando o limite total de R\$ 5.000.000,00 (cinco milhões de reais).
- Créditos quirografários detidos por não Debenturista: terão seus créditos, até o limite de R\$ 800.000,00 (oitocentos mil reais), cada um, pagos em 12 (doze) parcelas mensais, caso o saldo deste valor ultrapasse este limite e não seja superior a R\$ 3.000.000,00 será pago na proporção de 50% em 12 parcelas mensais a contar do final do pagamento (três milhões de reais) do parcelamento do primeiro montante e caso os créditos sejam superiores a R\$ 3.000.000,00 (três milhões de reais) será dividido em 50% (cinquenta por cento) pagos em 150 (cento e cinquenta) parcelas e os outros 50% (cinquenta por cento) serão pagos em 210 (duzentos e dez) meses com bônus de adimplência.
- Créditos detidos pela ARTESP: serão pagos até o limite de R\$ 180.000.000,00 (cento e oitenta milhões de reais) em 150 (cento e cinquenta) parcelas mensais e sucessivas a partir do 60º (sexagésimo) mês da aprovação deste Plano pela ARTESP. O saldo superior a R\$ 180.000.000,00 (cento e oitenta milhões de reais) será pago na proporção de 40% (quarenta por cento) em 150 (cento e cinquenta) parcelas mensais e sucessivas contados do último dia útil do 60º (sexagésimo) mês e 60% (sessenta por cento) em parcela única após 210 (duzentos e dez) meses contados da aprovação da ARTESP ou da liquidação do crédito, o que ocorrer por último, com bônus de adimplência.
- Créditos ME/EPP: serão pagos integralmente em 12 (doze) parcelas mensais sucessivas.

O Plano de Recuperação aprovado e homologado no processo da recuperação judicial somente poderá entrar em vigência após a aprovação da ARTESP acerca da alteração de controle da Companhia, o que não possui prazo definido para sua decisão. Para evitar indefinições, foi previsto no Plano de Recuperação que essa aprovação

Notas Explicativas

Concessionária Rodovias do Tietê S.A. – em recuperação judicial

Notas explicativas da administração às informações trimestrais em 30 de setembro de 2021
Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

deveria ocorrer em até 150 (cento e cinquenta) dias da Homologação Judicial do Plano de Recuperação, entendida a data inicial como 06 de outubro de 2021. Passado esse prazo a operação perderá validade, a não ser que os credores optem pela extensão do prazo para viabilizar a aprovação da ARTESP.

Entretanto, alguns atos já estão sendo praticados no bojo da reestruturação, tal como o procedimento de *bookbuilding*, visando a captação de recursos pela Companhia na ordem de R\$ 150.000.000,00 (cento e cinquenta milhões de reais). Entre 07 de outubro e 18 de outubro de 2021 foram recepcionados mais de 50 (cinquenta) termos de adesão ao *bookbuilding*, de modo que já houve a definição dos Debenturistas aptos ao financiamento *DIP* e o Juízo da Recuperação Judicial já foi munido dessas informações. Em paralelo, a Companhia já está adotando os atos necessários para eleição de Assessor Legal, Coordenador Líder, Agente Fiduciário, Banco Escriturador e Liquidante para que as debêntures sejam emitidas.

Judicialmente, encontra-se em curso o prazo para a ARTESP interpor agravo de instrumento em face da decisão que homologou o Plano e concedeu a recuperação judicial à Companhia. A ARTESP terá até 29 de novembro de 2021 para questionar a homologação e o Plano em si, o que não ocorreu até o momento.

Deve-se distinguir o prazo que a ARTESP tem para, judicialmente, questionar a homologação e o Plano em si, do procedimento administrativo visando a aprovação a transferência de controle da Companhia. Até o presente momento, considerando que não existe qualquer recurso contra a homologação do Plano, somente pende a aprovação da transferência de controle e essa autorização é fundamental para que o Plano tenha plena eficácia e a dívida da Companhia seja efetivamente reestruturada, ocorrendo a novação, a quitação, a extinção de ações judiciais em curso e a extinção da alienação fiduciária das ações da Companhia. Nesse contexto, as presentes demonstrações financeiras não foram afetadas por quaisquer efeitos decorrentes da aprovação/homologação do plano de Recuperação Judicial, tendo sido mantidas, portanto, as condições originais de pagamento dos saldos dos credores referente às classes de crédito tratadas no plano de Recuperação Judicial.

1.2. Impactos da COVID-19

Conforme orientação da CVM de 10 de março de 2020, por meio do Ofício Circular SNC/SEP/nº 02/2020, a Administração da Companhia informa que pode ser visualizado uma redução no tráfego pedagiado devido aos

impactos da COVID-19, nos nove meses de 2021 ocorreu um aumento de 10,26% no tráfego de veículos equivalentes em comparação ao mesmo período de 2020, sendo esse aumento devido a instauração da quarentena no Estado de São Paulo no 1º semestre de 2020.

Desde 17 de março de 2020, a Companhia adotou medidas preventivas visando resguardar a saúde de seus colaboradores com a adoção do trabalho home office para os colaboradores das áreas administrativas e para os que se enquadram, segundo o Ministério da Saúde, como grupo de risco. Para as funções operacionais, por se tratar de serviço essencial à população, foram adotadas medidas protetivas, como o uso de máscara, instalação de álcool em gel nas viaturas e praças de pedágio e demais medidas que atendam as orientações da OMS.

Em relação ao processo de recuperação judicial, a Companhia possuía a expectativa que o processo de encerrasse dentro do exercício de 2020, mas devido aos impactos da COVID-19, houve recesso do setor judiciário durante a fase mais crítica, mudança para o formato de audiências virtual, o que resultou em todas as assembleias postergadas, e atrasos na conclusão do processo.

As estimativas e premissas críticas são baseadas em projeções futuras que dependem da definição do Plano de Recuperação Judicial, portanto, não há como avaliar possíveis impactos causados pela pandemia até que haja uma definição do plano de recuperação judicial.

A Administração revisou os impactos da COVID-19 sobre os riscos inerentes sobre os seus instrumentos financeiros e não visualizou nenhum impacto.

Notas Explicativas

Concessionária Rodovias do Tietê S.A. – em recuperação judicial

Notas explicativas da administração às
informações trimestrais em 30 de setembro de 2021
Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

A apresentação das demonstrações financeiras foi aprovada e autorizada pelo Conselho de administração da Companhia em 12 de novembro de 2021.

2. Base de preparação

2.1 Base de preparação e apresentação

As informações contábeis intermediárias da Companhia, inclusive notas explicativas, estão apresentadas em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma.

As informações contábeis intermediárias da Companhia para os períodos findos em 30 de setembro de 2021 foram elaboradas de acordo com o pronunciamento técnico CPC 21 - Demonstração Intermediária, emitido pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis, e de acordo com a norma internacional *IAS 34 - Interim Financial Reporting*.

Assim, e como descrito no Ofício Circular CVM/SNC/SEP nº 03/2011, a Companhia optou por apresentar as notas explicativas às informações contábeis intermediárias de forma resumida nos casos de redundância em relação ao apresentado nas demonstrações financeiras de 31 de dezembro de 2020. Nesses casos, foi indicada a localização da nota explicativa completa na demonstração financeira anual para evitar prejuízo ao entendimento da posição financeira e do desempenho da Companhia durante o período intermediário. Consequentemente, as presentes informações contábeis intermediárias devem ser lidas em conjunto com as demonstrações financeiras de 31 de dezembro de 2020.

Todas as informações relevantes próprias das demonstrações contábeis, e somente elas, estão consideradas e correspondem às utilizadas pela Administração em sua gestão.

As informações contábeis intermediárias da Companhia somente diferem das práticas do IFRS, pois a legislação societária brasileira requer que as companhias abertas apresentem a demonstração do valor adicionado (DVA) em suas demonstrações contábeis, enquanto que para fins de IFRS tal demonstração é apresentada como informação suplementar.

2.2 Resumo das principais práticas contábeis

As práticas contábeis adotadas na preparação das informações contábeis intermediárias são consistentes com aquelas divulgadas na Nota Explicativa nº 2 das demonstrações contábeis de 31 de dezembro de 2020.

A Companhia adotou todas as normas, revisões de normas e interpretações emitidas pelo CPC, CVM, IASB e demais órgãos reguladores que estavam em vigor em 30 de setembro de 2021.

As informações contábeis intermediárias são apresentadas em Reais (R\$), que é a moeda funcional da Companhia.

3. Julgamentos, estimativas e premissas contábeis significativas

As estimativas e premissas consideradas na preparação das informações contábeis intermediárias são consistentes com aquelas divulgadas na Nota Explicativa nº 3 das demonstrações financeiras de 31 de dezembro de 2020.

Notas Explicativas**Concessionária Rodovias do Tietê S.A. – em recuperação judicial**

Notas explicativas da administração às informações trimestrais em 30 de setembro de 2021
Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

4. Caixa e equivalentes de caixa

	<u>30/09/2021</u>	<u>31/12/2020</u>
Disponibilidades	802	698
Aplicação compromissada de debêntures (i)	<u>66.793</u>	<u>49.938</u>
	<u>67.595</u>	<u>50.636</u>

(i) Referem-se a aplicação de renda fixa em que o banco vende um título (debênture), com compromisso de recomprá-lo a qualquer momento conforme remuneração (CDI) definida na contratação da operação, independentemente de qualquer volatilidade no preço ou evento no título (debênture). A liquidez é diária e sem prazo de carência.

5. Ativos financeiros ao valor justo por meio do resultado

	<u>30/09/2021</u>	<u>31/12/2020</u>
Não circulante	<u>61.592</u>	<u>61.725</u>
	<u>61.592</u>	<u>61.725</u>

A Companhia mantém essas aplicações financeiras em Certificados de Depósitos Bancários (CDBs) vinculadas, para cumprir obrigações contratuais referentes às debêntures (Nota 14). Essas aplicações são remuneradas a 103% do CDI em 2021 e em 2020.

6. Contas a receber

As contas a receber referem-se aos serviços de pedágio eletrônico, cupons de pedágio, cartões de pedágio e de receitas acessórias. São registradas com base nos valores nominais e não são ajustadas a valor presente por apresentarem vencimento de curto prazo e por não resultar em efeito relevante nas demonstrações financeiras. Os valores a receber vencem em até 45 dias.

	<u>30/09/2021</u>	<u>31/12/2020</u>
Pedágio eletrônico a receber	16.960	13.894
Cartões de pedágio a receber	684	613
Receitas acessórias	5.433	6.595
Valores em trânsito	84	175
Provisão para créditos de liquidação duvidosa	<u>(250)</u>	<u>(151)</u>
	<u>22.911</u>	<u>21.126</u>

Notas Explicativas**Concessionária Rodovias do Tietê S.A. – em recuperação judicial**

Notas explicativas da administração às
informações trimestrais em 30 de setembro de 2021
Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

7. Impostos a recuperar

	<u>30/09/2021</u>	<u>31/12/2020</u>
IRRF sobre aplicações financeiras	686	346
Outros impostos a recuperar	<u>1</u>	<u> </u>
Circulante	<u>687</u>	<u>346</u>

8. Imposto de renda e contribuição social

	<u>30/09/2021</u>	<u>31/12/2020</u>
Ativo:		
Prejuízo fiscal e base negativa da contribuição social	288.125	222.331
Diferenças temporárias:		
Provisão para demandas judiciais	86.857	57.033
Provisão para participação nos lucros	-	-
Outras provisões	4.020	438
Tributos diferidos sobre mudanças de práticas contábeis:		
Provisão para manutenção de rodovias	72.947	67.029
Provisão para investimentos em rodovias	3.357	3.254
AVP Outorga	1.485	1.529
CPC 47 – Ajustes de Receita Bruta	<u>818</u>	<u> </u>
	457.609	351.614
Passivo:		
Tributos diferidos sobre mudanças de práticas contábeis:		
Amortização - curva de tráfego (i)	<u>(27.160)</u>	<u>(28.318)</u>
Líquido	<u>430.449</u>	<u>323.296</u>

(i) Refere-se aos tributos diferidos, acumulados até 2014, sobre a diferença apurada entre a amortização do intangível, calculada pela curva de tráfego, e a depreciação desses ativos, calculada pelas taxas permitidas pela legislação fiscal.

Lei nº 12.973/14

A partir de 2015, foram abertas as subcontas para registro das diferenças positivas e negativas entre os valores dos ativos mensurados conforme a legislação societária e os valores mensurados de acordo com os critérios contábeis vigentes em 31 de dezembro de 2007 (RTT), para que o efeito tributário desses ajustes seja dado à medida da realização desses ativos.

Em 30 de setembro de 2021, o montante de prejuízos fiscais e base negativa da contribuição social a compensar é de R\$ 847.427 (2020 - R\$ 653.915). O prejuízo fiscal e a base negativa de contribuição social não possuem prazo prescricional e a sua compensação está limitada a 30% do lucro tributável anual. Até que as incertezas presentes sejam resolvidas, principalmente quanto à definição do plano de recuperação judicial, a administração optou por não reconhecer nenhuma perda por redução ao valor recuperável dos créditos fiscais, nem divulgar o ano de recuperação de tais créditos (2021 – R\$ 430.449; 2020 – R\$ 323.296).

Notas Explicativas**Concessionária Rodovias do Tietê S.A. – em recuperação judicial**

Notas explicativas da administração às
informações trimestrais em 30 de setembro de 2021
Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

O crédito de imposto a recuperar sobre o prejuízo da Companhia, antes do imposto, difere do valor teórico que seria obtido com o uso da alíquota de imposto aplicável ao prejuízo como segue:

	<u>30/09/2021</u>	<u>30/09/2021</u>
Prejuízo antes do imposto de renda e contribuição social	(315.287)	(97.783)
Imposto de renda e contribuição social às alíquotas vigentes (34%)	<u>107.198</u>	<u>33.246</u>
Ajuste para demonstração da taxa efetiva:		
Diferenças permanentes	(46)	(200)
Imposto de renda e contribuição social diferido do exercício	<u>107.152</u>	<u>33.046</u>
Alíquota efetiva	<u>34%</u>	<u>34%</u>

Notas Explicativas Concessionária Rodovias do Tietê S.A. – em recuperação judicial

Notas explicativas da administração às informações trimestrais em 30 de setembro de 2021
Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

9. Imobilizado

	Móveis e utensílios	Máquinas e equipamentos	Equipamentos de informática	Automóveis	Terrenos	Instalações e edificações	Total
Em 31 de dezembro de 2020							
Saldo inicial	539	1.153	597	920	377	4.930	8.516
Aquisições	12		87			3	102
Baixas				(36)			(36)
Transferência		(27)					(27)
Transferência depreciação		14					14
Depreciação	(115)	(239)	(226)	(242)		(305)	(1.127)
Baixa de depreciação				36			36
Saldo contábil, líquido	436	901	458	678	377	4.628	7.478
Em 31 de dezembro de 2020							
Custo	1.252	2.485	5.240	1.959	377	7.404	18.717
Depreciação acumulada	(816)	(1.584)	(4.782)	(1.281)		(2.776)	(11.239)
Saldo contábil, líquido	436	901	458	678	377	4.628	7.478
Em 30 de setembro de 2021							
Saldo inicial	436	901	458	678	377	4.628	7.478
Aquisições	3		156				159
Baixas				(45)			(45)
Transferência		(10)	10				
Transferência depreciação							
Depreciação	(81)	(174)	(137)	(153)		(229)	(774)
Baixa de depreciação				45			45
Saldo contábil, líquido	358	717	487	525	377	4.399	6.863
Em 30 de setembro de 2021							
Custo	1.255	2.475	5.406	1.914	377	7.404	18.831
Depreciação acumulada	(897)	(1.758)	(4.919)	(1.389)		(3.005)	(11.968)
Saldo contábil, líquido	358	717	487	525	377	4.399	6.863
Vida útil estimada em anos	10	10	10	5		25	

Existem ativos imobilizados totalmente depreciados ainda em uso, como sistema de ar condicionado e sistema de telefonia de sede, veículos, dentre outros, no montante total de custo de R\$ 6.209 (2020 - R\$ 5.987).

Notas Explicativas Concessionária Rodovias do Tietê S.A. – em recuperação judicial

Notas explicativas da administração às informações trimestrais em 30 de setembro de 2021
Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

10. Intangível

	Direito de outorga da concessão (i)	Obras e serviços (ii)	Equipamentos (iii)	Obras em andamento (iv)	Software (v)	Total
Em 31 de dezembro de 2020						
Saldo inicial	447.573	722.927	43.542	84.996	2.531	1.301.569
Aquisições (vii)		37.120	270	16.463	2.219	56.072
Alienações						
Transferências		3.183	36	(3.192)		27
Transferência amortização			(14)			(14)
Amortização (vi)	(15.855)	(26.235)	(1.547)		(1.470)	(45.118)
Saldo contábil, líquido	431.718	736.995	42.287	98.267	3.280	1.312.546
Em 31 de dezembro de 2020						
Custo	542.244	887.811	64.206	98.267	11.896	1.604.424
Amortização acumulada	(110.526)	(150.816)	(21.919)		(8.616)	(291.878)
Saldo contábil, líquido	431.718	736.995	42.287	98.267	3.280	1.312.546
Em 30 de setembro de 2021						
Saldo inicial	431.718	736.995	42.287	98.267	3.280	1.312.546
Aquisições (vii)		41.445	806	15.361	1.214	58.826
Alienações						
Transferências						
Transferência amortização						
Amortização (vi)	(12.573)	(21.856)	(1.242)		(1.247)	(36.918)
Saldo contábil, líquido	419.144	756.584	41.851	113.628	3.247	1.334.454
Em 30 de setembro de 2021						
Custo	542.244	929.256	65.011	113.628	13.110	1.663.249
Amortização acumulada	(123.100)	(172.672)	(23.160)		(9.863)	(328.795)
Saldo contábil, líquido	419.144	756.584	41.851	113.628	3.247	1.334.454

- (i) Referem-se ao valor pago para a exploração do sistema rodoviário, calculado a valor presente.
- (ii) Referem-se aos investimentos programados em reparos e restauração da infraestrutura recebida do Poder Concedente, calculados a valor presente e acrescidos da capitalização de juros sobre os financiamentos incorridos. Originalmente, a Companhia reconheceu esse ativo intangível em contrapartida da rubrica “Provisão para investimentos em rodovias”.

Notas Explicativas

Concessionária Rodovias do Tietê S.A. – em recuperação judicial

Notas explicativas da administração às informações trimestrais em 30 de setembro de 2021

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

- (iii) Referem-se aos investimentos programados em implantação de sistema de arrecadação e monitoramento de tráfego, e outros equipamentos. Originalmente, a Companhia reconheceu esse ativo intangível em contrapartida da rubrica “Provisão para investimentos em rodovias”.
- (iv) Referem-se aos serviços de construção relacionados diretamente com a ampliação e melhoria da infraestrutura. A Companhia reconhece o direito de explorar e as obrigações de construir na medida em que os serviços de construção são prestados.
- (v) Referem-se aos sistemas operacionais adquiridos pela Companhia e são amortizados linearmente com a taxa de 20% ao ano.
- (vi) Amortização efetuada pela curva de benefício econômico (curva de tráfego) esperado ao longo do prazo da concessão, estimada com base no crescimento do PIB, da população regional e no histórico da Companhia, para a qual foi considerada a taxa média ponderada de 3,93% em 30 de setembro de 2021 (2020 - 3,60%), exceto pelo direito de uso de software, calculado pela vida útil de 5 anos.
- (vii) Em 30 de setembro de 2021, a Companhia capitalizou custos de empréstimos diretamente relacionados com a construção de obras em infraestrutura no montante de R\$ 8.163 (2020 - R\$ 7.308).

A administração da Companhia, com base em estudos realizados em períodos anteriores identificou evidências de redução ao valor recuperável do seu ativo imobilizado e intangível, porém, as projeções futuras dependem da definição do Plano de Recuperação Judicial, cuja efetividade, ainda que já homologado judicialmente, depende da anuência da transferência de controle por parte da ARTESP, portanto, optou por não reconhecer nenhuma provisão ao valor recuperável desses ativos no presente momento até que haja uma definição do plano de recuperação judicial.

O teste de *impairment* envolve projeções significativas sobre os resultados futuros da Companhia, em que qualquer ajuste nas premissas utilizadas pode gerar efeitos significativos na avaliação e, consequentemente, em suas demonstrações financeiras.

11. Fornecedores e prestadores de serviços

No período findo em 30 de setembro de 2021 e no exercício findo em 31 de dezembro de 2020, o total de fornecedores foi como segue:

	<u>30/09/2021</u>	<u>31/12/2020</u>
Fornecedores nacionais de materiais e serviços	29.076	3.875
Cauções e retenções contratuais (i)	15.558	12.526
	<u>44.634</u>	<u>16.401</u>

- (i) Referem-se a parcelas de 5% sobre o valor pago aos fornecedores de materiais e serviços que fica retida com a Companhia e que será paga ao término da obra a fim de garantir a correta execução do serviço contratado.

Notas Explicativas**Concessionária Rodovias do Tietê S.A. – em recuperação judicial**

Notas explicativas da administração às informações trimestrais em 30 de setembro de 2021
Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

12. Partes relacionadas**a) Remuneração da Administração**

Nos períodos findos em 30 de setembro de 2021 e 2020, o total de remuneração dos administradores foi como segue:

	<u>30/09/2021</u>	<u>30/09/2020</u>
Remuneração fixa	1.478	1.414
	<u>1.478</u>	<u>1.414</u>

Além da remuneração fixa e variável, aos administradores são concedidos os mesmos benefícios adicionais dos empregados, mencionados na Nota 19.

Na Assembleia Geral Ordinária (AGO) realizada em 29 de abril de 2021, foi fixada a remuneração anual fixa dos membros da diretoria da Companhia de até o valor de R\$ 2.035.

b) Mútuos a pagar

	<u>Taxa de juros</u>	<u>Vencimento</u>	<u>30/09/2021</u>	<u>31/12/2020</u>
AB Concessões S.A.	0,5% a.m.+ CDI	Indeterminado	136.959	128.073
Lineas International Holding B.V.	0,5% a.m.+ CDI	Indeterminado	14.133	13.219
			<u>151.092</u>	<u>141.292</u>

Os contratos possuem vencimento indeterminado, podendo ser prorrogados ou convertidos em capital social, desde que previamente aprovados pelos acionistas e pelos credores. São remunerados com base em 100% da taxa média diária dos Certificados de Depósitos Interbancários (CDI), divulgada pela B3 S.A. - Brasil, Bolsa, Balcão acrescida de 0,5% ao mês. De acordo com os contratos de mútuo, o pagamento desses mútuos só poderá ser efetuado após a quitação dos financiamentos bancários e das debêntures.

Os juros sobre as transações com partes relacionadas no exercício foram de R\$ 9.800 (Nota 18) (2020 - R\$ 11.310).

13. Provisões

	<u>30/09/2021</u>	<u>31/12/2020</u>
Provisão para demandas judiciais cíveis	4.103	2.556
Provisão para demandas judiciais trabalhistas	11.907	10.172
Provisão para processos administrativos	242.479	156.815
Provisão para investimentos em rodovias	8.148	7.622
Provisão para manutenção em rodovias	194.516	192.689
	<u>461.153</u>	<u>369.853</u>
Circulante	148.206	162.509
Não circulante	<u>312.947</u>	<u>207.344</u>

Notas Explicativas**Concessionária Rodovias do Tietê S.A. – em recuperação judicial**

Notas explicativas da administração às informações trimestrais em 30 de setembro de 2021
Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

a) Provisão para demandas judiciais e administrativas

	31/12/2020	Adição	Reversão	30/09/2021
Provisão para demandas judiciais cíveis (i)	2.556	1.639	(92)	4.103
Provisão para demandas judiciais trabalhistas (ii)	10.172	1.735		11.907
Provisão para processos administrativos (iii)	156.815	91.564	(5.900)	242.479
	169.543	94.938	(5.992)	258.489

	31/12/2019	Adição	Reversão	31/12/2020
Provisão para demandas judiciais cíveis (i)	1.859	748	(51)	2.556
Provisão para demandas judiciais trabalhistas (ii)	7.593	3.419	(841)	10.172
Provisão para processos administrativos (iii)	100.588	59.245	(3.017)	156.815
	110.040	60.412	(3.909)	169.543

- (i) As contingências cíveis referem-se, substancialmente, a ações de natureza indenizatória em razão de acidentes de trânsito ocorridos nas rodovias em que a Companhia opera, e para as quais foi constituída provisão em montante suficiente para cobrir perdas prováveis esperadas no desfecho das ações em curso.
- (ii) As contingências trabalhistas referem-se a reclamações trabalhistas em que é requerido o pagamento de verbas trabalhistas supostamente devidas e não pagas, tais como verbas rescisórias, horas extras, adicionais, danos morais, equiparação salarial e diferenças salariais.
- (iii) As provisões para processos administrativos dizem respeito às notificações instauradas pela ARTESP contra a Concessionária e para as quais foi constituída uma provisão em montante suficiente para cobrir perdas prováveis esperadas no desfecho dos processos em curso. Os aumentos ocorridos nos anos de 2020 e 2021 deveram-se à alteração de classificação de perda de alguns procedimentos administrativos (notificações) instaurados e em trâmite perante à ARTESP, de “possível” para “provável”, tomando-se por base o entendimento das decisões proferidas pela ARTESP com relação aos temas envolvidos nos procedimentos administrativos que apreciou e negou provimento a 83 recursos administrativos interpostos pela Companhia, bem como levando-se em conta a probabilidade de perda no caso de re-discussão desses assuntos na esfera judicial. Conforme decisão judicial proferida pelo juízo da recuperação judicial, os créditos da ARTESP que tenham por objeto fatos geradores anteriores ao pedido de recuperação judicial estão sujeitos aquele processo e aos efeitos do plano a ser deliberado pelos credores (inclusive a própria ARTESP).

	30/09/2021	31/12/2020
Processos Administrativos	220.699	139.566
Processos Judicializados	19.597	12.748
Estimativa de notificações	2.183	4.501
	242.479	156.815

Adicionalmente, em 30 de setembro de 2021, a Companhia possui o equivalente a R\$ 9.426 (2020 - R\$ 11.874) de causas trabalhistas, R\$ 44.775 (2020 - R\$ 40.370) de causas cíveis, e R\$ 10.715 (2020 - R\$ 76.870) de processos administrativos com a ARTESP, cuja avaliação dos assessores legais da Companhia aponta para uma probabilidade possível de perda, razão pela qual a Administração não registrou esse montante nas demonstrações financeiras.

Em 30 de setembro de 2021 e 31 de dezembro de 2020, a Companhia apresenta os seguintes valores de depósitos judiciais:

Notas Explicativas**Concessionária Rodovias do Tietê S.A. – em recuperação judicial**

Notas explicativas da administração às informações trimestrais em 30 de setembro de 2021
Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

	31/12/2020	Adição	Reversão	30/09/2021
Cíveis (i)	18.657	1.278	(766)	19.169
Trabalhistas (ii)	14.628	161	(168)	14.621
Tributário	5.424	295		5.719
	<u>38.709</u>	<u>1.734</u>	<u>(934)</u>	<u>39.509</u>

- (i) Os depósitos cíveis são segregados em R\$ 387 (2020 – R\$ 362) relacionados a processos cíveis e R\$ 18.782 (2020 – R\$ 18.295), relacionados a processos com a ARTESP;

Os depósitos judiciais trabalhistas possuem o valor de R\$ 14.182 (2020 – R\$ 14.179) relacionado a discussão trabalhista na vara de Nanuque – Minas Gerais. Os valores foram retidos judicialmente com base no entendimento que a Companhia foi considerada sociedade do grupo econômico da companhia ré no processo perante tal vara do trabalho, com o qual a Companhia não possui qualquer vínculo ou obrigação. A Concessionária refuta por completo tal entendimento e está tomando as medidas cabíveis para a liberação dos valores, e não espera perdas associadas a esse bloqueio. O valor de R\$ 439 (2020 – R\$ 449) estão relacionados a outros processos trabalhistas.

b) Provisão para investimentos em rodovias

Refere-se aos investimentos programados em reparos e restauração da infraestrutura recebida do Poder Concedente e outros investimentos que não geram receitas adicionais. O passivo, a valor presente, foi constituído pela melhor estimativa de gasto para liquidar a obrigação presente na data do balanço, em contrapartida do ativo intangível.

A movimentação da provisão para investimentos em rodovias foi como segue:

	31/12/2020	Atualização Monetária Passiva	Atualização Monetária Ativa	30/09/2021
Provisão para Investimentos	7.622	526		8.148
	<u>7.622</u>	<u>526</u>		<u>8.148</u>
	31/12/2019	Atualização Monetária Passiva	Atualização Monetária Ativa	31/12/2020
Provisão para Investimentos	7.292	380	(50)	7.622
	<u>7.292</u>	<u>380</u>	<u>(50)</u>	<u>7.622</u>

O cronograma dos investimentos previstos, por ano de execução, é demonstrado como segue:

<u>Ano de execução</u>	<u>30/09/2021</u>	<u>31/12/2020</u>
<u>2024</u>	8.148	7.622
	<u>8.148</u>	<u>7.622</u>

Notas Explicativas**Concessionária Rodovias do Tietê S.A. – em recuperação judicial**

Notas explicativas da administração às
informações trimestrais em 30 de setembro de 2021
Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

c) Provisão para manutenção em rodovias

	31/12/2020	Adição	Transferência	Realização	Reversão	30/09/2021
Provisão para manutenção	196.594	68.220		(59.818)		204.996
Ajuste a valor presente (AVP)	(3.905)	(7.787)			1.213	(10.479)
	192.689	60.433		(59.818)	1.213	194.517
Circulante	162.509		(14.303)			148.206
Não circulante	30.180	60.433	14.303	(59.818)	1.213	46.311
	31/12/2019	Adição	Transferência	Realização	Reversão	31/12/2020
Provisão para manutenção	175.106	54.749		(33.261)		196.594
Ajuste a valor presente (AVP)	(2.797)	(2.392)			1.284	(3.905)
	172.309	52.357		(33.261)	1.284	192.689
Circulante	158.251		4.258			162.509
Não circulante	14.058	52.357	(4.258)	(33.261)	1.284	30.180

Em junho de 2021, a Companhia reavaliou os estudos paramétricos e projetos utilizados na elaboração dos orçamentos, baseando-se nas obras realizadas, obras postergadas que em sua maioria foram afetadas devido ao alto volume de chuvas do início do ano de 2020 que deterioraram os pavimentos além de curso normal, além dos efeitos da COVID-19 que agravaram em aumento nos preços dos materiais, principalmente os insumos baseados em petróleo.

A mensuração do ajuste a valor presente da provisão para manutenção foi calculada com base no método do fluxo de caixa descontado a cada data do balanço, considerando as datas em que se estima que haja a saída de recursos para fazer frente às respectivas obrigações, com base em taxa de desconto que reflete a melhor avaliação do mercado quanto ao valor do dinheiro no tempo e os riscos específicos do passivo em suas datas originais. Em 30 de setembro de 2021 e 31 de dezembro de 2020 foi utilizada a taxa de 8% para o ajuste a valor presente e o IPCA para atualizar o valor nominal da provisão para manutenção.

(i) O valor de estimativa de realização das intervenções em pavimentos e sinalização previstas para os 3 últimos meses do exercício de 2021 e os nove primeiros meses do exercício de 2022 foram transferidos para curto prazo.

Os gastos programados em manutenções incluem recapeamentos de rodovias e sinalização de rodovias (ambos a cada cinco anos), cujo cronograma previsto para execução das obras é demonstrado como segue:

<u>Ano de execução</u>	<u>30/09/2021</u>	<u>31/12/2020</u>
2021	20.416	108.907
2022	125.224	62.574
2023	12.359	10.880
2024	12.858	9.236
2025	10.420	1.092
2026	13.240	
	194.517	192.689

Notas Explicativas**Concessionária Rodovias do Tietê S.A. – em recuperação judicial**

Notas explicativas da administração às
informações trimestrais em 30 de setembro de 2021
Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

14. Debêntures**a) Descrição da operação**

Debêntures não conversíveis	Valor do principal	Data de emissão	Vencimento final	Títulos em circulação	Prêmio	Encargos financeiros
1ª emissão	1.065.000	15/06/2013	15/06/2028	1.065.000	6.202	IPCA + 8% a.a.

b) Posição da operação

	<u>30/09/2021</u>	<u>31/12/2020</u>
Principal corrigido pelo IPCA	1.583.880	1.480.338
Remuneração (juros)	305.207	186.738
Custos com emissão	(36.437)	(42.535)
	<u>1.852.650</u>	<u>1.624.541</u>
Circulante	<u>(1.852.650)</u>	<u>(1.624.541)</u>

Movimentação das debêntures

<u>31/12/2020</u>	Juros no exercício	Custos de transação	Pagamento de juros	Pagamento de principal	<u>30/09/2021</u>
1.624.541	228.109				1.852.650
<u>31/12/2019</u>	Juros no exercício	Custos de transação	Pagamento de juros	Pagamento de principal	<u>31/12/2020</u>
1.427.507	197.034				1.624.541

As debêntures foram emitidas pela Companhia sob o regime de garantia firme de colocação, não conversíveis em ações, da espécie com garantia real, em série única, nominativas e escriturais. As amortizações tiveram início em 14 de dezembro de 2017. O cronograma para amortização das debêntures é demonstrado como segue:

Ano	<u>Amortização</u>	<u>Valor</u>
2021	3,44%	67.760
2022	8,46%	166.641
2023	10,54%	207.612
2024	11,44%	225.340
2025	12,78%	251.735
2026	13,55%	266.902
2027	13,71%	270.053
2028	6,49%	127.837
	<u>80,41%</u>	<u>1.583.880</u>

Notas Explicativas

Concessionária Rodovias do Tietê S.A. – em recuperação judicial

Notas explicativas da administração às informações trimestrais em 30 de setembro de 2021

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

d) Cláusulas restritivas e garantias

As debêntures estão garantidas pela alienação fiduciária das ações da Companhia e por cessão fiduciária dos direitos creditórios oriundos da concessão.

As debêntures contêm cláusulas restritivas de dívidas (*covenants*), cuja verificação é semestral, as quais são acompanhadas pela administração.

Em 08 de novembro de 2019, foi realizada a assembleia geral de debenturistas (AGD) onde os debenturistas declararam o vencimento antecipado, suspendendo a verificação das respectivas cláusulas restritivas de dívida (*covenants*).

15. Patrimônio líquido (passivo a descoberto)

a) Capital social

Em 30 de setembro de 2021 e em 31 de dezembro de 2020, o capital social está representado por 30.357.847.596 ações ordinárias, todas nominativas e sem valor nominal, distribuídas como segue:

<u>Acionistas</u>	<u>Participação acionária</u>	<u>Quantidade de ações</u>
AB Concessões S.A.	50,00%	15.178.923.798
Lineas International Holding B.V.	50,00%	15.178.923.798
		<u>30.357.847.596</u>

Em 30 de setembro de 2021 e em 31 de dezembro de 2020, o capital autorizado da Companhia era de R\$ 303.578. O capital social será reajustado anualmente, quando necessário, pela mesma fórmula e nas mesmas datas em que o reajustamento for efetivamente aplicado à tarifa de pedágio, não podendo este ser inferior a 10% do montante do investimento realizado e a realizar no ano subsequente. Se eventualmente o capital subscrito tornar-se inferior ao requerido, este deverá ser aumentado.

A Companhia não poderá proceder à redução de seu capital social ou adquirir as suas próprias ações durante o prazo de concessão.

b) Distribuição de lucros

Aos acionistas é garantido estatutariamente um dividendo mínimo obrigatório de 25% sobre o lucro líquido, após os ajustes necessários consoantes as prescrições legais do Brasil.

A Companhia não possui previsão estatutária de reserva de lucros, além da reserva legal. No entanto, de acordo com a Lei das Sociedades por Ações, os acionistas reunidos em AGO poderão deliberar a retenção de parcela do lucro líquido do exercício alocada para o pagamento de despesas previstas em orçamento de capital que tenha sido previamente aprovado.

Notas Explicativas**Concessionária Rodovias do Tietê S.A. – em recuperação judicial**

Notas explicativas da administração às
informações trimestrais em 30 de setembro de 2021
Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

16. Receita operacional líquida

	<u>30/09/2021</u>	<u>30/09/2020</u>
Receita com arrecadação de pedágio	191.616	165.350
Receita de serviços de construção	56.807	41.576
Receitas acessórias	10.691	8.737
Impostos incidentes sobre os serviços prestados	<u>(17.628)</u>	<u>(15.066)</u>
	<u>241.486</u>	<u>200.597</u>

Os impostos incidentes sobre os serviços prestados consistem de Imposto sobre Serviços - ISS (de 2% a 5%), Programa de Integração Social - PIS (0,65%) cumulativo e (1,65%) não cumulativo e Contribuição para Financiamento da Seguridade Social - COFINS (3%) cumulativo e (7,6%) não cumulativo.

17. Custos e despesas por natureza

A Companhia optou por apresentar a demonstração do resultado por função e apresenta, a seguir, o detalhamento por natureza:

	<u>30/09/2021</u>	<u>30/09/2020</u>
Com pessoal	(17.721)	(17.520)
Honorários da administração	(1.478)	(1.414)
Manutenção e conservação	(41.230)	(35.622)
Serviços de terceiros	(4.808)	(5.033)
Ônus variável da concessão	(3.078)	(2.646)
Seguros e garantias	(1.371)	(1.146)
Custo dos serviços de construção	(55.605)	(41.174)
Provisão para demandas judiciais (i)	(87.720)	(15.838)
Provisão para manutenção em rodovias	(68.220)	(5.701)
Depreciação e amortização	(37.693)	(34.644)
Outras receitas e despesas	339	(4.802)
	<u>(318.585)</u>	<u>(165.540)</u>
Classificados como:		
Custos dos serviços prestados	(227.080)	(138.179)
Despesas gerais e administrativas	(9.748)	(10.838)
Outras receitas (despesas) operacionais, líquidas	<u>(81.757)</u>	<u>(16.525)</u>
	<u>(318.585)</u>	<u>(165.540)</u>

- (i) Em 30 de setembro de 2021, a Companhia apresentou outras despesas de R\$ 85.664 (2020 – R\$ 16.524) referente a provisão de contingências de processos administrativos informado na Nota 13.a.

Notas Explicativas**Concessionária Rodovias do Tietê S.A. – em recuperação judicial**

Notas explicativas da administração às
informações trimestrais em 30 de setembro de 2021
Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

18. Despesas e receitas financeiras

As receitas e despesas financeiras são representadas por juros e variações monetárias decorrentes de aplicações financeiras, mútuos, debêntures e reversão de ajustes a valor presente, que são reconhecidos no resultado do exercício pelo regime de competência.

	<u>30/09/2021</u>	<u>30/09/2020</u>
Despesas financeiras		
Juros e variações monetárias sobre debêntures	(219.946)	(115.345)
Juros sobre mútuos com partes relacionadas	(9.801)	(8.589)
Variação monetária e reversão do ajuste a valor presente sobre a provisão para investimentos e manutenções em rodovias	(1.738)	(1.236)
Imposto sobre Operações Financeiras - IOF	(6)	
Outras despesas financeiras	(18.664)	(9.486)
	<u>(250.155)</u>	<u>(134.656)</u>
Receitas		
Rendimentos sobre aplicações financeiras	2.680	699
Atualização de impostos a recuperar		34
Variação do ajuste a valor presente sobre a provisão para investimentos e manutenções em rodovias	7.787	64
Outras receitas financeiras	1.500	1.019
	<u>11.967</u>	<u>1.816</u>
Resultado financeiro	<u>(238.188)</u>	<u>(132.840)</u>

19. Benefícios a empregados

As despesas com salários, benefícios e encargos sociais dos empregados e administradores estão demonstradas a seguir:

	<u>30/09/2021</u>	<u>30/09/2020</u>
Salários e encargos sociais	(15.002)	(15.156)
Benefícios previstos em lei	(2.096)	(1.999)
Benefícios adicionais	(2.101)	(1.779)
	<u>(19.199)</u>	<u>(18.934)</u>

Notas Explicativas

Concessionária Rodovias do Tietê S.A. – em recuperação judicial

Notas explicativas da administração às informações trimestrais em 30 de setembro de 2021
Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

20. Resultado por ação

A tabela abaixo apresenta os cálculos dos resultados básico e diluído por ação (em milhares, exceto valores por ação):

	<u>30/09/2021</u>	<u>30/09/2020</u>
Numerador:		
Prejuízo do exercício	(208.135)	(64.737)
Denominador:		
Média ponderada do número de ações	30.357.847.596	30.357.847.596
Prejuízo básico e diluído por ação - R\$	<u>(0,00686)</u>	<u>(0,00213)</u>

Não houve transações envolvendo ações ordinárias ou potenciais ações ordinárias entre a data do balanço patrimonial e a data de conclusão destas demonstrações financeiras.

21. Objetivos e políticas para gestão do risco financeiro

A Companhia está exposta a risco de mercado, risco de crédito e risco de liquidez.

A Alta Administração da Companhia supervisiona a gestão desses riscos, os quais são resumidos abaixo:

a) Risco de mercado

O risco de mercado é o risco de que o valor justo dos fluxos de caixa futuros de um instrumento financeiro flutue devido a variações nos preços de mercado. Os preços de mercado, para a Companhia, englobam somente o risco de taxa de juros.

Risco de taxa de juros

A exposição da Companhia ao risco de mudanças nas taxas de juros de mercado refere-se, principalmente, às aplicações financeiras, às debêntures e aos mútuos a pagar a partes relacionadas, sujeitos a taxas de juros variáveis.

A tabela abaixo demonstra a análise de sensibilidade a uma possível mudança nas taxas de juros em 30 de setembro de 2021, mantendo-se todas as outras variáveis constantes.

A Administração da Companhia considerou as seguintes premissas:

- CDI - taxa de 6,15% ao ano, observada no fechamento de 30 de setembro de 2021, divulgada pela B3 S.A. - Brasil, Bolsa, Balcão, que no entender da Administração seriam estáveis no próximo ano e projeções futuras.
- IPCA - variação de 10,25% nos últimos 12 meses, observada no fechamento de 30 de setembro de 2021, divulgada pelo IBGE e projeções futuras

Notas Explicativas**Concessionária Rodovias do Tietê S.A. – em recuperação judicial**

Notas explicativas da administração às informações trimestrais em 30 de setembro de 2021
Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

		Efeito no resultado antes dos impostos (i)		
Passivo financeiro	Risco	Cenário I Estável	Cenário II +10%	Cenário III +25%
Debêntures	Aumento do IPCA	338.109	357.098	385.583

		Efeito no patrimônio líquido (i)		
Passivo financeiro	Risco	Cenário I Estável	Cenário II +10%	Cenário III +25%
Debêntures	Aumento do IPCA	223.152	235.685	254.485

		Efeito no resultado antes dos impostos (i)		
Passivo financeiro	Risco	Cenário I Estável	Cenário II +25%	Cenário III +50%
Mútuos a pagar a partes relacionadas	Aumento do CDI	18.358	20.681	23.004

		Efeito no patrimônio líquido (i)		
Passivo financeiro	Risco	Cenário I Estável	Cenário II +25%	Cenário III +50%
Mútuos a pagar a partes relacionadas	Aumento do CDI	12.116	13.649	15.182

		Efeito no resultado antes dos impostos (i)		
Ativo financeiro	Risco	Cenário I Estável	Cenário II -25%	Cenário III -50%
Ativos financeiros ao valor justo por meio do resultado	Queda do CDI	3.788	2.841	1.894

		Efeito no patrimônio líquido (i)		
Ativo financeiro	Risco	Cenário I Estável	Cenário II -25%	Cenário III -50%
Ativos financeiros ao valor justo por meio do resultado	Queda do CDI	2.500	1.875	1.250

(i) Refere-se ao cenário hipotético de juros a incorrer/auferir para os próximos 12 meses ou até a data do vencimento do contrato, o que for menor.

Notas Explicativas

Concessionária Rodovias do Tietê S.A. – em recuperação judicial

Notas explicativas da administração às informações trimestrais em 30 de setembro de 2021
Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

b) Risco de crédito

O risco de crédito é o risco de a contraparte de um negócio não cumprir uma obrigação prevista em um instrumento financeiro ou contrato com cliente, o que levaria ao prejuízo financeiro. Os instrumentos financeiros que sujeitam a Companhia a riscos de crédito são representados, principalmente, por caixa e equivalentes de caixa, aplicações financeiras vinculadas e contas a receber.

Contas a receber

O risco de crédito dos repassadores de recursos à Companhia (serviços de pedágio eletrônico, cupons de pedágio e cartões de pedágio) está sujeito aos procedimentos, controles e políticas estabelecidas pela Administração da Companhia em relação a esse risco. Os limites de crédito são estabelecidos com base em critérios internos de classificação. A possibilidade de a Companhia vir a incorrer em perdas por conta de problemas financeiros com esses repassadores de recursos é considerada mínima em função do curto prazo dos recebimentos e da qualidade dos respectivos créditos. A necessidade de uma provisão para perda por redução ao valor recuperável é analisada mensalmente pela Administração. A exposição máxima da Companhia ao risco de crédito em 30 de setembro de 2021 e 31 de dezembro de 2020 está registrado na rubrica “Contas a receber”, no balanço patrimonial.

Caixa e equivalentes de caixa e ativos financeiros ao valor justo por meio do resultado

O risco de crédito de saldos com bancos e instituições financeiras é administrado pela tesouraria da Companhia, de acordo com a política estabelecida pela Administração. Os recursos excedentes são investidos apenas em contrapartes aprovadas e dentro do limite estabelecido a cada uma. O limite de crédito das contrapartes é revisado anualmente pelo Conselho de Administração e pode ser atualizado ao longo do ano, o que está sujeito à aprovação da Diretoria Financeira. Esses limites são estabelecidos a fim de minimizar a concentração de riscos e, assim, mitigar o prejuízo financeiro no caso de potencial falência de uma contraparte. A exposição máxima da Companhia ao risco de crédito em relação aos componentes do balanço patrimonial em 30 de setembro de 2021 e 31 de dezembro de 2020 está registrado na rubrica “Caixa e equivalentes de caixa” e de “Aplicações financeiras vinculadas”, no balanço patrimonial.

c) Risco de liquidez

Risco de liquidez representa o risco de encurtamento nos recursos destinados para pagamento de dívidas.

A tabela abaixo resume o perfil do vencimento do passivo financeiro da Companhia em 30 de setembro de 2021 com base nos pagamentos contratuais não descontados.

	Menos de 3 meses	Mais de 12 meses	Total
Fornecedores e prestadores de serviços	44.634		44.634
Debêntures	1.852.650		1.852.650
Credor pela concessão	372		372
Mútuos a pagar a partes relacionadas (Nota 12.b)		151.092	151.092
Total	1.897.656	151.092	2.048.748

Notas Explicativas

Concessionária Rodovias do Tietê S.A. – em recuperação judicial

Notas explicativas da administração às informações trimestrais em 30 de setembro de 2021
Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

Continuidade Operacional

A continuidade operacional da Companhia poderá ser afetada por eventos adversos do processo de recuperação judicial.

O intuito do processo da recuperação judicial é para adequar a sua dívida com os debenturistas ao seu fluxo de caixa e continuar a operacionalizar as suas atividades assumidas junto ao órgão regulador e efetivar os pagamentos aos fornecedores.

d) Instrumentos financeiros por categoria

Os principais ativos e passivos financeiros, estão demonstrados a seguir:

	<u>30/09/2021</u>	<u>31/12/2020</u>
Ativos financeiros		
Valor justo através do resultado		
Aplicações financeiras	61.592	61.725
Ativos financeiros ao custo amortizado:		
Caixa e equivalentes de caixa	67.595	50.636
Contas a receber de clientes	22.911	21.126
Depósitos judiciais	39.509	38.709
Passivos financeiros ao custo amortizado:		
Debêntures	1.852.650	1.624.541
Contas a pagar a fornecedores	44.634	16.401
Outras contas a pagar	3.566	2.761
Partes relacionadas - mútuo a pagar	151.092	141.292
Obrigações com o poder concedente	372	342

e) Gestão do capital social

O objetivo da gestão de capital da Companhia é assegurar que se mantenha uma relação adequada de capital, a fim de suportar os negócios da Companhia e maximizar o valor aos acionistas.

O capital social não pode ser inferior a 10% do montante do investimento realizado e a realizar no ano subsequente. Se eventualmente o capital subscrito tornar-se inferior ao requerido, este deverá ser aumentado.

O capital social em 30 de setembro de 2021 representa 17% (2020 - 19%) do investimento realizado e a realizar no ano subsequente.

Notas Explicativas**Concessionária Rodovias do Tietê S.A. – em recuperação judicial**

Notas explicativas da administração às informações trimestrais em 30 de setembro de 2021

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

Abaixo está apresentada a estrutura de dívida líquida da Companhia:

	<u>30/09/2021</u>	<u>31/12/2020</u>
Mútuos a pagar a partes relacionadas	151.092	141.292
Debêntures	1.852.650	1.624.541
(-) Caixa e equivalentes de caixa	(67.595)	(50.636)
(-) Aplicações financeiras vinculadas	(61.592)	(61.725)
Dívida líquida	<u>1.874.555</u>	<u>1.653.472</u>
Total do patrimônio líquido	<u>(548.657)</u>	<u>(340.522)</u>
Total da capital	<u>1.325.898</u>	<u>1.312.950</u>
Índice de alavancagem financeira - %	<u>141,38%</u>	<u>125,94%</u>

22. Valor justo dos ativos e passivos financeiros

O valor justo dos instrumentos financeiros da Companhia aproxima-se do seu valor contábil a exceção das debêntures, cuja comparação do valor contábil e do valor justo está apresentado a seguir:

	<u>30 de setembro de 2021</u>		<u>31 de dezembro de 2020</u>	
	Valor contábil	Valor justo	Valor contábil	Valor justo
Ativos financeiros				
Caixa e equivalente de caixa	67.595	67.595	50.636	50.636
Aplicações financeiras	61.592	61.592	61.725	61.725
Contas a receber de clientes	22.911	22.911	21.126	21.126
Depósitos judiciais	<u>39.509</u>	<u>39.509</u>	<u>38.709</u>	<u>38.709</u>
Passivos financeiros				
Debêntures (Nota 14) (i)	1.889.087		1.667.076	
Fornecedores	44.634	44.634	16.401	16.401
Outras contas a pagar	3.566	3.566	2.761	2.761
Partes relacionadas – mútuo a pagar	151.092	151.092	141.292	141.292
Obrigações com o poder concedente	<u>372</u>	<u>372</u>	<u>342</u>	<u>342</u>

(i) Saldo contábil não inclui os efeitos dos custos de emissão.

As debêntures atualmente possuem valor justo zero conforme avaliado pela ANBIMA (nível 1). O valor justo não foi divulgado, pois a administração não valoriza internamente o passivo financeiro utilizando técnicas de nível 3 dada a incerteza envolvida no processo de reestruturação.

O valor justo dos ativos e passivos financeiros é incluído no valor pelo qual o instrumento poderia ser trocado em uma transação corrente entre partes dispostas a negociar, e não em uma venda ou liquidação forçada. Os seguintes métodos e premissas foram utilizados para estimar o valor justo:

- Caixa e equivalentes de caixa, contas a receber e fornecedores se aproximam de ser respectivo valor contábil em grande parte devido ao vencimento no curto prazo desses instrumentos.

Notas Explicativas

Concessionária Rodovias do Tietê S.A. – em recuperação judicial

Notas explicativas da administração às informações trimestrais em 30 de setembro de 2021
Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

Hierarquia de valor justo

A Companhia usa a seguinte hierarquia para determinar e divulgar o valor justo de instrumentos financeiros pela técnica de avaliação:

- Nível 1: preços cotados (sem ajustes) nos mercados ativos para ativos ou passivos idênticos;
- Nível 2: outras técnicas para as quais todos os dados que tenham efeito significativo sobre o valor justo registrado sejam observáveis, direta ou indiretamente;
- Nível 3: técnicas que usam dados que tenham efeito significativo no valor justo registrado que não sejam baseados em dados observáveis no mercado.

Os saldos de aplicações financeiras são classificados pelo nível 1.

Com a declaração de vencimento antecipado, o mercado classificou as Debêntures da Companhia no valor zero, por este motivo o valor justo encontra-se sem valor.

23. Seguros

A Companhia adota a política de contratar cobertura de seguros para os bens sujeitos aos riscos por montantes considerados suficientes para cobrir eventuais sinistros, considerando a natureza de sua atividade. Os seguros são contratados conforme os preceitos de gerenciamento de riscos e seguros geralmente empregados por companhias do mesmo ramo.

Modalidade	Riscos cobertos	Limites de indenizações
Todos os riscos	Riscos operacionais	53.172
	Riscos de engenharia	44.164
	Responsabilidade civil geral	43.324
	Responsabilidade civil de diretores e administradores	15.000

A Companhia não obteve sucesso na renovação de seu seguro garantia, obrigatório no âmbito do Contrato de Concessão, obtendo resposta negativa acerca da referida renovação da Seguradora no dia 25 de junho de 2019, tendo a Seguradora justificado a não renovação em razão da atual situação econômico-financeira da Companhia e da reestruturação de suas debêntures ainda estar em andamento. A Companhia entrou com medida judicial contra a Seguradora e obteve êxito, tendo sido concedidos 90 dias adicionais ao da vigência da apólice, que passou a ter o vencimento em 1º de outubro de 2019.

Em 02 de outubro de 2019, a Companhia informou ao mercado que o seguro garantia, teve seu prazo expirado no dia 1º de outubro de 2019, sendo certo que, não obstante, a Ação ainda se encontra pendente de decisão de mérito.

24. Informações complementares dos fluxos de caixa

	<u>30/09/2021</u>	<u>31/12/2020</u>
Transações que não envolvem desembolsos de caixa		
Adições ao intangível com capitalização de juros	8.163	7.308

A Companhia classifica os juros pagos como atividade de financiamento, por entender que tal classificação melhor representa os fluxos de obtenção de recursos.

Notas Explicativas

Concessionária Rodovias do Tietê S.A. – em recuperação judicial

Notas explicativas da administração às
informações trimestrais em 30 de setembro de 2021
Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

25. Eventos subsequentes

Recuperação Judicial

Com a homologação do Plano de Recuperação Judicial, ainda que sem eficácia, pois pendente ainda a aprovação da transferência de controle pela ARTESP, alguns atos já começaram sendo praticados no bojo da reestruturação, tal como o procedimento de bookbuilding, visando a captação de recursos pela Companhia na ordem de R\$ 150 milhões. Entre 07 de outubro e 18 de outubro de 2021 foram recepcionados mais de 50 termos de adesão ao bookbuilding, de modo que já houve a definição dos Debenturistas aptos ao financiamento DIP e o Juízo da Recuperação Judicial já foi munido dessas informações. Em paralelo, a Companhia já está adotando os atos necessários para eleição de Assessor Legal, Coordenador Líder, Agente Fiduciário, Banco Escriturador e Liquidante para que as debêntures estejam aptas a serem emitidas.

* * *

Pareceres e Declarações / Relatório da Revisão Especial - Negativa de Opinião

Relatório sobre a revisão de informações trimestrais

Aos Administradores e Acionistas
Concessionária Rodovias do Tietê S.A. -
em recuperação judicial

Introdução

Fomos contratados para revisar as informações contábeis intermediárias da Concessionária Rodovias do Tietê S.A. - em recuperação judicial ("Companhia"), contidas no Formulário de Informações Trimestrais (ITR) referente ao trimestre findo em 30 de setembro de 2021, que compreendem o balanço patrimonial em 30 de setembro de 2021 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente para os períodos de três e de nove meses findos nessa data e das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o período de nove meses findo nessa data, assim como o resumo das principais políticas contábeis e as demais notas explicativas.

A administração é responsável pela elaboração das informações contábeis intermediárias de acordo com o Pronunciamento Técnico CPC 21 - "Demonstração Intermediária" e com a norma internacional de contabilidade IAS 34 - Interim Financial Reporting, emitida pelo International Accounting Standards Board (IASB), assim como pela apresentação dessas informações de forma condizente com as normas expedidas pela Comissão de Valores Mobiliários, aplicáveis à elaboração das Informações Trimestrais (ITR). Nossa responsabilidade é a de expressar uma conclusão sobre essas informações contábeis intermediárias com base em nossa revisão.

Alcance da revisão

Conduzimos nossa revisão de acordo com as normas brasileiras e internacionais de revisão de informações intermediárias (NBC TR 2410 - "Revisão de Informações Intermediárias Executada pelo Auditor da Entidade" e ISRE 2410 - Review of Interim Financial Information Performed by the Independent Auditor of the Entity, respectivamente). Devido aos assuntos descritos no parágrafo "Base para abstenção de conclusão", não obtivemos evidências apropriadas e suficientes como base para expressar uma conclusão sobre as informações contábeis intermediárias.

Base para abstenção de conclusão

(a) Situação financeira - recuperação judicial

Conforme descrito na Nota 14(d) às informações contábeis intermediárias, em 8 de novembro de 2019, em Assembleia Geral de Debenturistas (AGD), restou declarado o vencimento antecipado das debêntures, que em 30 de setembro de 2021 montam a R\$ 1.852.650 mil (31 de dezembro de 2020 - R\$ 1.624.541 mil). Conforme também descrito na Nota 1.1 às informações contábeis intermediárias, dado o vencimento antecipado dessas debêntures, em 11 de novembro de 2019, a Companhia protocolou pedido de recuperação judicial junto à Comarca de Salto - SP e, em 30 de setembro de 2021, a Companhia obteve a aprovação e homologação do plano de recuperação judicial, que no presente momento depende da aprovação do órgão regulador, ARTESP - Agência de Transporte do Estado de São Paulo quanto a alteração de controle para que o mesmo entre em vigência. O plano de

recuperação judicial inclui entre outros, a efetividade do plano de negócio que contempla as alternativas para a captação de recursos necessários à operação e os fluxos de caixa previstos para os próximos exercícios.

Adicionalmente, conforme descrito na Nota 23 às informações contábeis intermediárias, a Companhia ainda não teve a renovação de seu seguro garantia aceita pela seguradora, tampouco apresentou garantia de valor e condições equivalentes conforme prevê o contrato de concessão. Nos termos do Contrato de Concessão Rodoviária, a ausência do seguro garantia representa inadimplência que, se comprovada por processo administrativo, poderá implicar na caducidade da concessão.

(b) Redução ao valor recuperável de ativos

Em decorrência dos assuntos mencionados acima, a administração da Companhia, baseada em estudos preliminares fundamentados por projeções futuras que dependem da aprovação final do plano de recuperação judicial pelo órgão regulador, conforme descrito nas Notas 9 e 10 às informações contábeis intermediárias, identificou evidências de redução ao valor recuperável do seu ativo imobilizado e intangível cujo os saldos em 30 de setembro de 2021 totalizam R\$ 6.863 mil e R\$ 1.334.454 mil (31 de dezembro de 2020 - R\$ 7.478 mil e R\$ 1.312.546 mil), respectivamente. Dado as incertezas presentes, principalmente quanto à aprovação final do plano de recuperação judicial, a administração optou por não reconhecer nenhuma perda por redução ao valor recuperável desses ativos no presente momento. Consequentemente, nas circunstâncias, não foi possível revisar e determinar o montante da perda por desvalorização sobre os referidos ativos nas informações contábeis intermediárias da Companhia em 30 de setembro de 2021.

Considerando esse conjunto de elementos e a amplitude envolvida no contexto das informações contábeis intermediárias, que remete a um cenário de múltiplas incertezas, as circunstâncias não nos permitem neste momento concluir sobre o valor do ajuste de perda por impairment, mencionado no item acima, assim como, concluir que o pressuposto de continuidade e a correspondente base para a elaboração dessas informações contábeis intermediárias são apropriados.

Não obstante a impossibilidade de expressar conclusão sobre as informações contábeis intermediárias, conforme mencionado no parágrafo anterior, a Companhia apresenta histórico de prejuízos fiscais não utilizados e, neste momento, encontra-se em situação financeira que, para se tornar viável, demanda a aprovação do plano de recuperação judicial. As normas contábeis requerem que a manutenção ou o registro de tributos diferidos apenas ocorra se for provável que o benefício fluirá para a entidade. Nesse contexto, o

saldo de créditos de tributos diferidos conforme demonstrado na Nota 8 às informações contábeis intermediárias, no montante R\$ 430.449 mil em 30 de setembro de 2021 (31 de dezembro de 2020 - R\$ 323.296 mil), deveria ter sido baixado. Consequentemente, o ativo realizável a longo prazo encontra-se registrado a maior e o patrimônio líquido, que está descoberto, a menor no montante de R\$ 430.449 mil (31 de dezembro de 2020 - R\$ 323.296 mil). O prejuízo do período encontra-se a menor em R\$ 107.153 mil (2020 - R\$ 33.046 mil).

Abstenção de conclusão

Devido à relevância dos assuntos descritos na seção "Base para abstenção de conclusão", não nos foi possível obter evidências apropriadas e suficientes para fundamentar nossa conclusão sobre as informações contábeis intermediárias incluídas nas informações trimestrais acima referidas. Consequentemente, não expressamos uma conclusão sobre essas informações contábeis intermediárias.

Outros assuntos

Demonstração do Valor Adicionado

Fomos contratados também para revisar, em conjunto com a revisão das informações contábeis intermediárias acima referidas, a Demonstração do Valor Adicionado (DVA) referente ao período de nove meses findo em 30 de setembro de 2021, elaborada sob a responsabilidade da administração da Companhia e apresentada como informação suplementar para fins do IAS 34. Todavia, em decorrência da relevância dos assuntos descritos na seção acima intitulada "Base para abstenção de conclusão", também não nos foi possível obter evidência apropriada e suficiente para fundamentar nossa conclusão sobre essa demonstração em relação às informações contábeis intermediárias tomadas em conjunto.

Campinas, 16 de novembro de 2021

PricewaterhouseCoopers
Auditores Independentes Ltda.
CRC 2SP000160/O-5

Rodrigo de Camargo
Contador CRC 1SP219767/O-1

Pareceres e Declarações / Declaração dos Diretores sobre as Demonstrações Financeiras**D E C L A R A Ç Ã O**

Pelo presente instrumento, o Diretor Presidente e o Diretor Administrativo Financeiro da Concessionária Rodovias do Tietê S.A ("Concessionária"), sociedade por ações, com sede na Rod. Comendador Mario Dedini, km 108 Salto/SP, inscrita no CNPJ 10.678.505/0001-63, para fins do disposto nos incisos V e VI do artigo 25 da Instrução CVM nº 480, de 07 de dezembro de 2009 declaram que:

(i) Reviram, discutiram e concordam com as informações contábeis intermediárias da Companhia referente ao período de nove meses findo em 30 de Setembro de 2021.

Salto, 12 de Novembro de 2021.

Emerson Luiz Bittar
Diretor Presidente

Nuno Filipe Nogueira Alves Coelho
Diretor Administrativo Financeiro

Pareceres e Declarações / Declaração dos Diretores sobre o Relatório do Auditor Independente

D E C L A R A Ç Ã O

Pelo presente instrumento, o Diretor Presidente e o Diretor Administrativo Financeiro da Concessionária Rodovias do Tietê S.A ("Concessionária"), sociedade por ações, com sede na Rod. Comendador Mario Dedini, km 108 Salto/SP, inscrita no CNPJ 10.678.505/0001-63, para fins do disposto nos incisos V e VI do artigo 25 da Instrução CVM nº 480, de 07 de dezembro de 2009 declaram que:

(i) Reviram, discutiram e concordam com a opinião expressa no parecer da PricewaterHouseCoopers Auditores Independentes relativo às informações contábeis intermediárias da Companhia referente ao período de nove meses findo em 30 de Setembro de 2021.

Salto, 12 de Novembro de 2021.

Emerson Luiz Bittar
Diretor Presidente

Nuno Filipe Nogueira Alves Coelho
Diretor Administrativo Financeiro